

Q1.

Todo ato criativo acontece, inicialmente, por meio de uma crise. Em um mundo em crise, não se pode falar sobre criatividade sem ter a cooperação como condição prévia para a superação de uma crise. Neste desafio, deve-se ter como aliado o diálogo, possível instrumento de transformação do real e superação de crises e conflitos. O ato criativo, talvez consista na promoção do diálogo. Para isso, é preciso demonstrar que não há um método, ou uma dialética, mas apenas o diálogo, que é a fala entre duas pessoas. No diálogo, não há um método definido, há apenas um jogo. A dialética é uma técnica (techné), ou melhor, um método preciso e teleológico, que busca um fim, uma resposta. É por intermediação da dialética, que é a arte de raciocinar, da lógica – dialektiké (techné) discussão, em um constante processo de racionalização – que somos levados a vivenciar em um mundo dominado pela técnica moderna, o filho perverso da techné. É necessário, entretanto, cada vez mais de diálogo, de jogos de linguagem, de relações amorosas solidárias e carismáticas, e não de dialética, que é estéril.

(AMORIM, Wellington Lima. SILVA, Everaldo. Filosofia, Ciência e Vida. nº 121. Fragmento.)

De acordo com o texto:

- A) O diálogo se faz necessário diante da técnica da dialética.
- B) Diálogo e dialética são conceituados como práticas de características distintas.
- C) A dialética sobrepõe-se ao diálogo diante da necessidade de se buscar soluções.
- D) Como método não definido, o diálogo não pode suprir a real necessidade da sociedade atual.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirir a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Q2.

O tempo da delicadeza

A paixão terminou, o amor é uma lembrança irresgatável, mas ainda há tanta presença e ternura...

Abraços podem durar um tempo enorme. A gente se inclina na direção do outro, cheio de sentimentos conturbados, e ele nos segura com força, como se tentasse comunicar alguma coisa. É possível sentir um coração batendo contra o outro, perceber no peito a outra respiração. Tantas coisas estão contidas nesse gesto, tanta ternura, tanta dúvida. Amor. Quando o abraço se desfaz, fica um sorriso indeciso, uma expressão incompleta nos olhos, o movimento de um corpo que se afasta e parece dizer adeus.

Como todo mundo, tenho sentimentos ambivalentes sobre relacionamentos que acabam. São momentos tristes, terrivelmente tristes. Mas, ao fim e ao cabo, inevitáveis. A gente não pode passar a vida preso a coisas que já não respiram. Mesmo cheios de dúvidas e ainda repletos de carinho, em algum momento é preciso romper, andar, recomeçar. O abraço que não quer terminar é lindo, mas abre uma porta para lugar nenhum. É necessário sair dele para ser de novo uma pessoa inteira – e ter a chance, adiante, de estar inteiro em outro abraço.

Esses momentos de ruptura são essenciais em nossa vida. As separações, assim como os encontros, nos definem – inclusive por que costumam levar um tempo enorme. A gente passa um ano juntos, apaixonados, e podemos levar o dobro nos separando de verdade, fazendo a ruptura das almas. Separar dois corpos é fácil, mas como se faz para tirar o outro de dentro de si?

Com todos os problemas e dificuldades, gosto de pensar nesse período de sentimentos estendidos como o tempo da delicadeza. (Obrigado, Chico Buarque, por esta e tantas outras coisas.) A paixão terminou, o amor é uma lembrança irresgatável, mas ainda há presença e ternura. Enormes. A raiva ficou para trás. A frustração gastou-se. O ciúme raspa as unhas nas paredes do porão, lá embaixo, mas a cada dia incomoda menos. Os sentimentos dolorosos – quase todos – deram lugar a uma sensação agrídoce de cumplicidade. Ainda não é possível desejar que ela ou ele seja feliz em outra companhia, mas esse dia chegará, um dia.

Acredito – enfim – que é possível deixar de amar amando. O afastamento pode ser feito com ódio, mas fica uma ferida imensa, dura de cicatrizar. Podemos cortar as pontes repentinamente, com medo de um sofrimento duradouro, mas isso vai nos assombrar no futuro, na hora de amar de novo. Enfim, há diferentes maneiras de deixar de amar. Eu acho possível – e louvável – sair da intimidade do outro com um sorriso nos lábios e lágrimas nos olhos. Sair, mas ficar feliz em vê-lo, contente de ouvi-la, ainda ter vontade de contar a essa pessoa que nos conhece tão bem tudo que aconteceu na semana passada, mas escolhendo não contar – por pudor, e porque, afinal, já não cabe.

Sou capaz de antecipar o olhar de descrédito do leitor e da leitora. Não é assim que funciona, ele ou ela dirá. Se os sentimentos são bons, as pessoas não se separam. Mas isso não é verdade. As pessoas rompem cheias de bons sentimentos, transbordando deles, a ponto de não saber o que fazer com tudo aquilo. Exceto as exceções, exceto os traumas e barbaridades, a gente não deixa de querer de uma hora para outra. A paixão acaba, é certo. O amor, aquele de querer ficar colado para sempre, também acaba. Mas há sentimentos lindos que ainda ligam ex-casais. Tão lindos

que entalam na garganta, que temos vontade de abraçar e não largar. Lembra?
Pois então, respeitemos os nossos sentimentos delicados. As relações terminam, mas isso não é o fim dos afetos. Não há que ter vergonha de gostar da ex que você mesmo deixou, não há problema em pensar com carinho (e sem raiva) naquele desgraçado que não quis continuar. Dentro de nós há tanta coisa ruim que não deveríamos resistir quando se manifesta uma doçura. Melhor abraçá-la bem forte, acolhê-la como um amor que estivesse de volta. Apenas para uma visita, mas, ainda assim, bem-vindo.

(Ivan Lins. Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ivan-martins/noticia/2016/06/o-tempo-da-delicadeza.html>.)

“A raiva ficou para trás. A frustração gastou-se. O ciúme raspa as unhas nas paredes do porão, lá embaixo, mas a cada dia incomoda menos. Os sentimentos dolorosos – quase todos – deram lugar a uma sensação agridoce de cumplicidade.” (4º§) O trecho anterior retrata:

- A) O momento em que se reconhece que o amor acabou e se decide colocar fim a um relacionamento.
- B) Um momento de determinação e decisão em começar de novo, apesar de, ainda, existir um sofrimento que “arranha a alma”.
- C) A fase em que todo sentimento que provoca angústia e tristeza acaba e a pessoa está pronta para começar um novo relacionamento.
- D) O momento de superação, de saber lidar com o inevitável; é quando nasce a ternura pelo outro, apesar de ainda existir resquícios de um sentimento sofrido.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquiria a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Fonte: ENFERMEIRO / Pref. Imigrantes/ES / 2016 / CONSULPLAN

Q3.

A importância da família estruturada

Um levantamento do Ministério Público de São Paulo traz um dado revelador: dois terços dos jovens infratores da capital paulista fazem parte de famílias que não têm um pai dentro de casa. Além de não viverem com o pai, 42% não têm contato algum com ele e 37% têm parentes com antecedentes criminais.

Ajudam a engrossar essas estatísticas os garotos Waldik Gabriel, de 11 anos, morto em Cidade Tiradentes, Zona Leste de São Paulo, depois de fugir da Guarda Civil Metropolitana, e Ítalo, de 10 anos, envolvido em três ocorrências de roubo só em 2016, morto pela Polícia Militar no início de junho, depois de furtar um carro na Zona Sul da cidade. O pai de Waldik é caminhoneiro e não vivia com a mãe. O de Ítalo está preso por tráfico. A mãe já cumpriu pena por furto e roubo.

É certo que um pai presente e próximo ao filho faz diferença. Mas, mais que a figura masculina propriamente dita, faz falta uma família estruturada, independentemente da configuração, que dê atenção, carinho, apoio, noções de continência e limite, elementos que protegem os jovens em fase de desenvolvimento.

A mãe e a avó, nessa família brasileira que cresce cada vez mais matriarcal, desdobram-se para tentar cumprir esses requisitos e preencher as lacunas, mas são “atropeladas” pela rotina dura. Muitas vezes, não têm tempo, energia, dinheiro e voz para lidar com esses garotos e garotas que crescem na rua, longe da escola, em bairros sem equipamentos de esporte e cultura, próximos de amigos e parentes que podem estar envolvidos com o crime.

A criança precisa ter muita autoestima e persistência para buscar nesse horizonte nebuloso um projeto de vida. Sem apoio emocional, sem uma escola que estimule seu potencial, sem ter o que fazer com seu tempo livre, sem enxergar uma luz no fim do túnel, ela fica muito mais perto da droga, do tráfico, do delito, da violência e da gestação na adolescência. É nessa mesma família, sem pai à vista, de baixa renda, longe da sala de aula, nas periferias, que pipocam os quase 15% das jovens que são mães na adolescência, taxa alarmante que resiste a baixar nas regiões mais carentes.

E o que acontece com essa menina que engravida porque enxerga na maternidade um papel social, uma forma de justificar sua existência no mundo? Iludidas com a perspectiva de estabilizar um relacionamento (a família estruturada que não têm?), elas ficam, usualmente, sozinhas, ainda mais distantes da escola e de seu projeto de vida. O pai da criança some no mundo, e são elas que arcam com o ônus do filho, sobrecarregando um lar que já vivia no limite. Segue-se um ciclo que parece não ter fim.

Sem políticas públicas que foquem nessa família mais vulnerável, no apoio emocional e social para esses jovens, em uma escola mais atraente, em projetos de vida, em alternativas de lazer, a realidade diária na vida desses jovens continuará a ser a gravidez na adolescência, a violência e a criminalidade.

(Jairo Bouer, 11/07/2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/jairo-bouer/noticia/2016/07/importancia-da-familia-estruturada.html>.)

Entre as relevantes justificativas que podem ser apresentadas para a caracterização da instituição “família” indicada no título, destaca-se, no texto,

- A) o resultado de um levantamento feito pelo Ministério Público de São Paulo.
 - B) a falta de limites específicos cerceando o desenvolvimento de jovens e adolescentes.
 - C) o fato de cada vez mais menores de 15 anos serem vítimas e estarem envolvidos em crimes.
 - D) a deficiente infraestrutura da sociedade para atender às demandas econômicas e afetivas concomitantemente.
-

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q4.

Amizade

A amizade é um exercício de limites afetivos em permanente desejo de expansão. Por mais completa que pareça ser uma relação de amizade, ela vive também do que lhe falta e da esperança de que um dia nada venha a faltar. Com o tempo, aprendemos a esperar menos e a nos satisfazer com a finitude dos sentimentos nossos e alheios, embora no fundo de nós ainda esperemos a súbita novidade que o amigo saberá revelar. Sendo um exercício bem-sucedido de tolerância e paciência – amplamente recompensadas, diga-se – a amizade é também a ansiedade e a expectativa de descobriremos em nós, por intermédio do amigo, uma dimensão desconhecida do nosso ser.

Há quem julgue que cabe ao amigo reconhecer e estimular nossas melhores qualidades. Mas por que não esperar que o valor maior da amizade está em ser ela um necessário e fiel espelho de nossos defeitos? Não é preciso contar com o amigo para conhecermos melhor nossas mais agudas imperfeições? Não cabe ao amigo a sinceridade de quem aponta nossa falha, pela esperança de que venhamos a corrigi-la? Se o nosso adversário aponta nossas faltas no tom destrutivo de uma acusação, o amigo as identifica com lealdade, para que nos compreendamos melhor.

Quando um amigo verdadeiro, por contingência da vida ou imposição da morte, é afastado de nós, ficam dele, em nossa consciência, seus valores, seus juízos, suas percepções. Perguntas como “O que diria ele sobre isso?” ou “O que faria ele com isso?” passam a nos ocorrer: são perspectivas dele que se fixaram e continuam a agir como um parâmetro vivo e importante. As marcas da amizade não desaparecem com a ausência do amigo, nem se enfraquecem como memórias pálidas: continuam a ser referências para o que fazemos e pensamos.

(CALÓGERAS, Bruno, inédito)

Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- A) exercício de limites afetivos (1º parágrafo) = frequência dos traços amistosos
- B) amplamente recompensadas (1º parágrafo) = resgatadas a contento
- C) mais agudas imperfeições (2º parágrafo) = mais intensas irrelevâncias
- D) aponta nossas faltas (2º parágrafo) = indica nossas máculas
- E) por contingência da vida (3º parágrafo) = na ocasião premeditada

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/AP / 2015 / FCC

Q5.

A fama de Auguste Saint-Hilaire não teve a projeção da de seu irmão Geoffroy, o continuador de Lamarck; o seu nome não figura, como o do outro, em todas as enciclopédias. Para nós, entretanto, a memória que importa, a que nos deve ser sobremodo cara é a do irmão menos ilustre. Nenhum estrangeiro deixou entre nós lembrança mais simpática.

Roquete Pinto narra o encantado interesse com que na fazenda dos seus avós devorava, adolescente, as páginas das Viagens. “Os livros de Auguste Saint-Hilaire”, diz ele, “leem-se aos quinze anos como se fossem romances de aventuras, tão pitorescos são os aspectos e a linguagem que neles se encontram.” E assinala o grande carinho, a bondade, a tão justa medida no louvor e na crítica das nossas coisas.

Essa obra formidável do sábio francês representa seis anos de viagens pelo nosso interior através de regiões muitas vezes inóspitas. Pelo desconforto dos nossos dias, apesar das estradas de ferro e do automóvel, podemos avaliar as dificuldades e fadigas de uma jornada a Goiás em 1816. Em dezembro de 1816 Saint-Hilaire partiu para Minas, que atravessou de sul a norte, furando depois até Boa Vista, então capital de Goiás.

Três vezes voltou Saint-Hilaire ao interior do Brasil: em 1818 ao Espírito Santo, onde percorreu as regiões mal-famadas do rio Doce; em 1819 através de São Paulo, Paraná

e Santa Catarina, até a Cisplatina; finalmente em 1822 a São Paulo por uma larga digressão ao sul de Minas. Ao todo 2.500 léguas!

Por tudo isso, por tantos trabalhos, por tanta abnegação, tão lúcido afeto e simpatia, e para diferenciá-lo do irmão, mais mundialmente glorioso, podemos chamar Auguste Saint-Hilaire o "nosso" Saint-Hilaire.

Escrevia sem sombra de ênfase nem pedantismo. A propósito de suas **Lições de morfologia vegetal**, escreveu Payer, citado pelo sr. Tobias Monteiro: "Um dos característicos da obra de Saint-Hilaire é ser exposta com tanta clareza e simplicidade que a profundidade do julgamento parece apenas bom senso".

Precisamos ler muitos homens como Auguste Saint-Hilaire.

(Adaptado de: BANDEIRA, Manuel. O "nosso" Saint-Hilaire. Crônicas da província do Brasil. 2.ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.199-202)

No penúltimo parágrafo do texto, a obra de Auguste Saint-Hilaire é apresentada como

- A) acessível a todos, mas capaz de ser realmente compreendida apenas por especialistas.
- B) hermética e pouco acessível, a despeito da aparente simplicidade.
- C) clara e despreziosa, mas na verdade profunda e judiciosa.
- D) clara e simples, com predomínio da sensatez sobre a profundidade.
- E) pouco enfática e não muito rigorosa, ainda que relativamente profunda.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Fonte: ANALISTA DE CONTAS - ESPECIALIDADE DIREITO / MPC/MT / 2013 / FCC

Q6.

O preço da virtude

Nossas qualidades naturais são, já por si, virtuosas? Pessoas de temperamento calmo e índole generosa, por exemplo, podem ser vistas como gente indiscutivelmente meritória? Mulheres e homens bem intencionados devem ser julgados apenas com base em suas boas intenções? Tais perguntas nos levam a um complicado centro de discussão: haverá algum valor moral nas ações que se executam com naturalidade, sem o enfrentamento de qualquer obstáculo, ou o que é natural não encerra virtude alguma, já que não encontra qualquer adversidade?

Há quem defenda a tese de que somente há virtude numa ação benigna cujo desempenho implica algum sacrifício do sujeito. A virtude estaria, assim, não na natureza do indivíduo, mas na sua firme disposição para sacrificar-se em benefício de um outro ser ou de um ideal. O sacrifício indicaria o desprendimento moral, o ato desinteressado, a disposição para pagar um preço pela escolha feita: eu me disponho a passar fome para que essa criança se alimente; eu deixo de usufruir um prazer para que o outro possa experimentá-lo.

Nessa questão, valores éticos e valores religiosos podem até mesmo se confundir. A palavra sacrifício tem o sagrado na raiz; mas não é preciso ser religioso para se provar a capacidade de renúncia. Quanto ao preço a pagar, não há dúvida: sempre reconheceremos mais mérito em quem foi capaz de agir passando por cima de seu próprio interesse do que naquele que agiu sem ter que enfrentar qualquer ônus em sua decisão.

(TRANCOSO, Doroteu. Inédito)

Considere as seguintes afirmações:

I. No primeiro parágrafo, o conceito de adversidade está empregado para caracterizar situações em que não há necessidade de sacrifício.

II. No segundo parágrafo, deve-se entender por ação benigna aquela que implica, necessariamente, o sacrifício de quem a executa.

III. No terceiro parágrafo, reafirma-se a tese de que os sacrifícios pessoais são inerentes às ações autenticamente virtuosas.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirir a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA / TRT 18ª / 2013 / FCC

Q7.

Em nossos dias a imigração provoca um alarme exagerado em muitos países europeus, entre os quais a França, onde esse medo explica em boa parte o elevadíssimo número de votos que a Frente Nacional obteve no primeiro turno das eleições presidenciais passadas. Esses temores são absurdos e injustificados, pois a imigração é indispensável para que as economias dos países europeus, de demografia estancada ou decrescente, continuem crescendo, e os atuais níveis de vida da população se mantenham ou se elevem. A imigração, por isso, em vez do fantasma que habita os pesadelos de tantos europeus, deve ser entendida como uma injeção de energia e força laboral e criativa para a qual os países ocidentais devem abrir as portas, trabalhando pela integração do imigrante. Mas, claro, sem que a mais admirável conquista dos países europeus, que é a cultura democrática, seja prejudicada, e, sim, ao contrário, que se renove e enriqueça com a adoção desses novos cidadãos. São estes que têm de se adaptar às instituições da liberdade, e não estas acomodar-se a práticas ou tradições incompatíveis com elas. Todas as culturas, crenças e costumes devem ter lugar numa sociedade aberta, desde que não colidam com os direitos humanos e os princípios de tolerância e liberdade que constituem a essência da democracia.

(Adaptado de Mário Vargas Lhosa. A civilização do espetáculo. Trad. Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, formato ebook)

O segmento em que há a supressão de um termo que, no entanto, pode ser subentendido pelo contexto é:

- A) ... a imigração provoca um alarme exagerado em muitos países europeus, entre os quais a França...
- B) Todas as culturas, crenças e costumes devem ter lugar numa sociedade aberta...
- C) ... a imigração é indispensável para que as economias dos países europeus...
- D) Mas, claro, sem que a mais admirável conquista dos países europeus, que é a cultura democrática...
- E) Esses temores são absurdos e injustificados....

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirir a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA / TCE/SP / 2012 / FCC

Q8.

Valores ocidentais

Quando o discurso político alcança seu nível mais raso, os "valores ocidentais" aparecem. Normalmente, eles são utilizados para expor "aquilo pelo qual lutamos", aquilo que pretensamente faria a diferença e a superioridade moral de nossa forma de vida – esta que encontraria sua melhor realização no interior das sociedades democráticas liberais.

Nesse sentido, mesmo quando criticamos nossas sociedades ocidentais, não seríamos capazes de sair do horizonte normativo que define o conjunto de seus valores.

Pois se, por exemplo, criticamos a falta de liberdade e a injustiça social, seria sempre em nome de valores que ainda não se realizaram, mas a respeito dos quais nós, ocidentais, saberíamos, de antemão, seu sentido.

Para aqueles que impostam a voz na hora de falar em nome dos valores ocidentais, não há conflitos a respeito do que liberdade, justiça e autonomia significam. Não passa pela cabeça deles que talvez estejamos diante de palavras que não têm conteúdo normativo específico, mas são algo como significantes vazios, disputados por interpretações divergentes próprias a uma sociedade marcada por antagonismos fundamentais.

Por isso, se há algo que determina o que há de mais importante na tradição ocidental é exatamente a ideia de que não temos clareza a respeito do que nossos valores significam. Pois o que nos leva a criticar aspectos fundamentais de nossa sociedade não é um déficit a propósito da realização de valores, mas um sentimento que Freud bem definiu como mal-estar, ou seja, um sofrimento indefinido que nos lembra a fragilidade de toda normatividade social extremamente prescritiva.

Isso talvez nos explique por que os gregos, estes que teriam inventado a democracia ocidental com seus valores, na verdade, legaram-nos apenas um valor fundamental: a suspeita de si.

Uma suspeita que se manifesta por meio da exigência de saber acolher o que nos é estranho, o que não porta mais nossa imagem, o que não tem mais a figura de nossa humanidade.

Quem leu as tragédias de Sófocles sabe como sua questão fundamental é o que ocorre quando a polis não sabe mais acolher o que ainda não tem lugar no interior de nossas formas de vida.

Por outro lado, quando Ulisses, o herói de Homero, perdia-se em sua errância sem fim, suas palavras para os habitantes de outras terras eram sempre a exigência de abrigar o estrangeiro.

Por isso, o melhor que temos a fazer diante dos que sempre pregam os valores ocidentais é lembrá-los das palavras de Nietzsche: "Muitas vezes, é necessário saber se perder para poder encontrar-se".

(Vladimir Safatle. Folha de S.Paulo, opinião, terça-feira, 13 de dez. de 2011. p. 2)

Considere as assertivas a seguir.

I. A sequência *Uma suspeita que se manifesta por meio da exigência de saber acolher o que nos é estranho, o que não porta mais nossa imagem, o que não tem mais a figura de nossa humanidade* acolhe estruturas que, do ponto de vista semântico, são equivalentes.

II. Em *um sentimento que Freud bem definiu como mal-estar, ou seja, um sofrimento indefinido que nos lembra a fragilidade de toda normatividade social*

extremamente prescritiva, o segmento introduzido por ou seja faz uma indicação mais acurada acerca da palavra que se acabou de apresentar, constituindo a ordem dos elementos conectados pela expressão uma questão de escolha, determinada pela direção que se quer dar ao encadeamento lógico das ideias.

III. No processo de argumentação, as situações trazidas ao texto pela referência a Sófocles e pela referência a Ulisses representam circunstâncias contraditórias e igualmente insatisfatórias, o que motiva a referência final a Nietzsche, cujas palavras nenhuma conexão estabelecem com o que se tem tanto na primeira, quanto na segunda menção.

O texto abona

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I, II e III.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirir a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Fonte: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - DIREITO / MPE/SE / 2010 / FCC

Q9.

Um velho amor

Quando meus pais morreram, eu morava longe, e meu irmão se ocupou de esvaziar o apartamento de nossa infância. Acedi a seu desejo de guardar consigo nossos antigos brinquedos. Nestes dias (depois de tantos e tantos anos), passando duas semanas em sua casa, na Itália, explorei, pela primeira vez, um armário de três portas, onde encontrei nossos velhos jogos, um quebra-cabeças, um porta-aviões sem aviões, um "Pequeno químico", caminhões etc. Atrás desse amontoado esbarrei num helicóptero, bem guardado em sua caixa original. Eu o ganhei no Natal dos meus sete ou oito anos. Amei-o à primeira vista: levantara-me secretamente na madrugada e fora vasculhar os presentes, dando com ele. Não era teleguiado (era o começo dos anos 50), mas voava; era ligado por um cabo a um comando (não elétrico): ao girar (freneticamente) uma manivela, o movimento era multiplicado e transmitido até às pás do rotor, de forma que, efetivamente, o helicóptero se levantava até o braço da gente cansar.

Amei o helicóptero. Amei a sensação de que ele voava não por alguma mágica, mas pelo meu esforço. Brinquei com ele mais ou menos uma hora, até que, inexplicavelmente, ele se quebrou: eu acionava a manivela, ouvia um ruído de engrenagens infelizes, e as pás permaneciam paradas. Eu não aguentava a ideia de que meus pais tivessem notícia da morte precoce de seu presente, que tinham escolhido com carinho. Em suma, eu precisava proteger meus pais.

Não disse nada: coloquei o helicóptero de volta na caixa e o levei para a cama comigo. De manhã, consegui convencer a todos de que aquele era meu presente preferido, por isso não queria que ninguém mais o tocasse. Mantive essa ficção durante os dias seguintes. De fato, ninguém nunca mais brincou com ele.

E agora o helicóptero está aqui, na sua caixa de origem – símbolo da minha vontade sofrida e um pouco louca de fazer e proteger a felicidade de meus pais. Tem cara de novo, mas é um pouco tarde para invocar a garantia.

(Adaptado de Contardo Calligaris, Folha de S.Paulo, 01/07/2010)

Preserva-se o sentido e a correção de um segmento do texto na nova redação indicado em:

- A) *meu irmão se ocupou de esvaziar o apartamento de nossa infância* = meu irmão dedicou-se à desocupação do apartamento em que moramos quando meninos.
- B) *Atrás desse amontoado esbarrei num helicóptero* = em meio de tal monturo palpei num helicóptero.
- C) *ele voava não por alguma mágica, mas pelo meu esforço* = não lhe fazia voar uma magia, mas quando eu o forcejava.
- D) *tivessem notícia da morte precoce de seu presente* = soubessem prematuramente que ali se extinguira seu presente.
- E) *mas é um pouco tarde para invocar a garantia* = mas é inoportuno de reivindicar a caução.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TRT 18ª / 2008 / FCC

Q10.

A ética como pressuposto do direito

*O filósofo Emanuel Kant mostrou que nenhum Estado de direito poderá subsistir se não houver, por parte dos cidadãos, uma ampla adesão a esse sistema, e não uma mera obediência, obtida por coerção governamental. Tem sentido análogo ao dessa consideração de Kant a seguinte passagem de Rousseau: "Colocar a lei acima do homem é um problema, para a política, que comparo ao da quadratura do círculo, para a geometria. Resolvi bem esse problema e o governo fundado sobre essa solução será bom e sem abuso. Mas até lá, onde acreditarem fazer reinar as leis, serão os homens que reinarão." É preciso, pois, desenvolver o **ethos** da nação, e para isso é preciso também criar os cidadãos, pois estes só se tornam efetivamente cidadãos quando têm seus direitos respeitados, e quando, em contrapartida, observam seus deveres. Parafraseando Erasmo, o homem não nasce cidadão, torna-se tal por meio da educação. O cidadão só é despertado para a necessidade de seu comportamento ético quando percebe que está na ética uma garantia para um pleno convívio social. Ele precisa valorizar essa convivência, perceber que ela é essencial para a sua vida. Caso não dê crédito às normas éticas, acabará por se amparar nas leis da natureza, que lhe parecerão mais vantajosas.*

O comportamento ético se define pela universalização dos valores que o norteiam. É a situação em que o indivíduo, antes de agir, pergunta se o mérito de sua ação vai ao encontro do que os outros homens valorizam, assim como ele espera que as ações dos outros encontrem nele plena aprovação. É assim, retomando a observação de Kant, que se manifesta a adesão voluntária e participativa do cidadão ao sistema que rege uma sociedade.

(http://faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/texto_etica_rouanet.htm, adaptado)

Resolvi bem esse problema e o governo fundado sobre essa solução será bom e sem abusoí.

Com essa frase, no contexto do trecho de sua autoria, Rousseau está afirmando que:

- A) é tão difícil legislar de forma legítima quanto obter a quadratura do círculo.
- B) a resolução do referido problema da geometria leva à forma justa de governar.
- C) um governo que pretenda ser abusivo terá como desafio efetuar a quadratura do círculo.
- D) os mais árduos problemas da geometria guardam íntima relação com o sistema de poder.
- E) a quadratura do círculo tem dificuldade análoga à de governar impondo a lei aos homens.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Q11.

Por mais desacreditado que esteja este conceito, nada encapsula tão bem o caráter nacional dos povos quanto o senso de humor de cada qual – ou sua falta. Pode-se, assim, dividir o mundo em duas categorias de nações, a saber, aquelas que são capazes de zombar de si mesmas, e aquelas avessas a qualquer autocrítica zombeteira.

(ASCHER, Nelson. *Você já ouviu a última? Folha de S. Paulo*, E-8 ilustrada, 18 de junho de 2007)

As idéias expressas no texto acima estão preservadas, em redação clara e correta, em:

- A) É um tipo de paradigma o conceito, por mais que não se desacredite muito dele, que o senso de humor pode englobar o caráter dos povos, mesmo quando faltam; dessa forma, o mundo dividir-se-ia em categoria “capazes de zombar” e “avessas a autocrítica zombeteira”.
- B) A presença ou falta de senso de humor delinea a natureza dos povos, cada um de per si, e pode dividir o mundo para categorias que zombam, ou não, das próprias nações, mesmo considerando o conceito meio desacreditado.
- C) O mundo pode ser pensado sob dois tipos de rubrica – nações capazes e nações incapazes de auto-ironia –, ainda que não se esteja mais levando muito a sério a idéia de que o senso de humor é o traço mais consistente para a compreensão do caráter nacional dos povos.
- D) É concebível a seguinte divisão: nações que zombam de si mesmas e, às avessas, não zombam; mesmo não digno de crédito, o conceito dá conta do caráter nacional dos povos muito bem, a partir do senso de humor, mesmo quando chega a faltar.
- E) Nações que são capazes de zombar de si mesmas e as que não têm crítica voltada a si são os dois tipos que o mundo pode ser dividido, tudo considerando, mesmo sem muito crédito, o senso de humor de cada uma e às avessas sua falta.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Fonte: OFICIAL DE JUSTIÇA - DIREITO / TJ/PE / 2007 / FCC

Q12.

Duzentas gramas

Tenho um amigo que fica indignado quando peço na padaria “duzentas” gramas de presunto – já que a forma correta, insiste ele, é duzentos gramas. Sempre discutimos sobre os diferentes modos de falar. Ele argumenta que as regras de pronúncia e de ortografia, já que existem, devem ser obedecidas, e que os mais cultos (como eu, um cara que traduz livros) devem insistir na forma correta, a fim de esclarecer e encaminhar gente menos iluminada.

Eu sempre argumento que, quando ele diz que só existe uma forma correta de falar, está usurpando um termo de outro ramo, que está tentando aplicar a ética à gramática, como se falar corretamente implicasse algum grau de correção moral, como se dizer “duzentas” significasse incorrer numa falha de caráter, e dizer duzentos gramas fosse prova de virtude e integridade.

Ele vem então com aquela de que se pode desculpar a moça da padaria quando fala “duzentas”, pois ela desconhece a norma culta, mas quanto a mim, que a domino, demonstro uma falha de caráter ao ignorá-la em benefício dos outros – só para evitar o constrangimento de falar diferente. “Quem sabe fazer o bem e não o faz comete pecado” – parece concluir.

Eu reconheço, sim, que falo de forma diferente dependendo de quem seja meu interlocutor. Às vezes uso deliberadamente formas como “tentêmo” ou “vou ir”. Pelo mesmo motivo, todas as gírias e dialetos locais me interessam. Não que – por exemplo – a decisão de dizer “duzentas” gramas seja consciente, uma premeditação em favor da inclusão social. É que, algumas vezes, a coisa certa a se fazer – sobretudo na linguagem falada – é ignorar a norma, ou pervertê-la. Quando peço “duzentas gramas de presunto, por favor”, a moça da padaria invariavelmente repete, como que para extorquir minha

profissão de fé à norma inculta:

– DUZENTAS?

– Duzentas, confirmo eu, já meio arrependido, mas caindo, ainda assim, em tentação.

(Adaptado de Paulo Brabo, site A bacia das almas)

Considerando-se o contexto, na passagem em que a moça da padaria pergunta “DUZENTAS?”, repetindo a palavra ouvida,

- A) a atendente demonstra compartilhar a mesma indignação do amigo do autor.
- B) o amigo do autor encontraria uma razão para mudar de idéia quanto às suas convicções lingüísticas.
- C) o autor demonstra seu constrangimento ao ser imediatamente corrigido por uma atendente.
- D) o autor faz crer que a pergunta teria sido um pedido de confirmação da forma verbal por ele utilizada.
- E) a atendente demonstra sua satisfação em reconhecer o esforço do autor em se valer de uma linguagem espontânea.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 4ª / 2007 / FCC

Q13.

Para que servem as ficções?

Cresci numa família em que ler romances e assistir a filmes, ou seja, mergulhar em ficções, não era considerado uma perda de tempo. Podia atrasar os deveres ou sacrificar o sono para acabar um capítulo, e não era preciso me trancar no banheiro nem ler à luz de uma lanterna. Meus pais, eventualmente, pediam que organizasse melhor meu horário, mas deixavam claro que meu interesse pelas ficções era uma parte crucial (e aprovada) da minha “formação”. Eles sequer exigiam que as ditas ficções fossem edificantes ou tivessem um valor cultural estabelecido. Um policial e um Dostoiévski eram tratados com a mesma deferência. Quando foi a minha vez de ser pai, agi da mesma forma. Por quê?

Existe a idéia (comum) segundo a qual a ficção é uma “escola de vida”: ela nos apresenta a diversidade do mundo e constitui um repertório do possível. Alguém dirá: o mesmo não aconteceria com uma série de bons documentários ou ensaios etnográficos? Certo, documentários e ensaios ampliam nossos horizontes. Mas a ficção opera uma mágica suplementar. Tome, por exemplo, “O Caçador de Pipas”, de Khaled Hosseini. A leitura nos faz conhecer a particularidade do Afegão, mas o que torna o romance irresistível é a história singular de Amir, o protagonista. Amir, afastado de nós pela particularidade de seu grupo, revela-se igual a nós pela singularidade de sua experiência. A vida dos afegãos pode ser objeto de um documentário, que, sem dúvida, será instrutivo. Mas a história fictícia “daquele” afegão o torna meu semelhante e meu irmão.

Esta é a mágica da ficção: no meio das diferenças particulares entre grupos, ela inventa experiências singulares que revelam a humanidade que é comum a todos, protagonistas e leitores. A ficção de uma vida diferente da minha me ajuda a descobrir o que há de humano em mim.

Enfim, se perpetuei e transmiti o respeito de meus pais pelas ficções é porque elas me parecem ser a maior e melhor fonte não de nossas normas morais, mas de nosso pensamento moral.

(Contardo Calligaris, **Folha de S. Paulo**, 18/01/2007)

A frase que bem ilustra o que entende o autor por “mágica suplementar” é:

- A) (...) perpetuei e transmiti o respeito de meus pais pelas ficções (...).
- B) Eles sequer exigiam que as ditas ficções fossem edificantes ou tivessem um valor cultural estabelecido.
- C) Certo, documentários e ensaios ampliam nossos horizontes.
- D) Um policial e um Dostoiévski eram tratados com a mesma deferência.

- E) (...) a história fictícia “daquele” afegão o torna meu semelhante e meu irmão.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquir a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Coesão e coerência

Fonte: APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO - TÉCNICO ADMINISTRATIVO / CNMP / 2015 / FCC

Q14.

Na literatura internacional da Ciência Política, é hoje dominante o entendimento de que democracia é um arcabouço institucional para a pacificação das lutas inerentes à conquista e ao exercício do poder, não um padrão de sociedade fundado na igualdade socioeconômica substantiva. A democracia surge historicamente em sociedades com profunda desigualdade, estratificadas, sendo muito mais causa que consequência da redução das desigualdades sociais.

De fato, certa tensão entre os conceitos institucional e substantivo da democracia existe por toda parte, mas articula-se de maneira específica no pensamento de cada país. Durante todo o século XX, a avaliação de que democracia só é “autêntica” quando estreitamente associada a avanços no plano da igualdade foi compartilhada por correntes ideológicas diversas. Endossar o conceito analítico da democracia como um arcabouço político-institucional, a meu ver correto, não significa que o corpo de hipóteses históricas e empíricas que explica a consolidação da democracia como sistema em casos concretos possa passar ao largo das desigualdades sociais e dos obstáculos culturais delas decorrentes. Como processo histórico, a evolução da democracia representativa deve ser compreendida como resultante de dois vetores. De um lado, a formação de uma autoridade central capaz de arbitrar disputas de poder, inclusive mediante a elaboração de uma complexa aparelhagem eleitoral; de outro, o crescimento econômico, com todas as implicações para a elevação do piso de bem-estar e desconcentração das posições de privilégio, status. Num período dilatado de tempo, tal processo propicia efetiva redistribuição de renda e riqueza, facilita o surgimento econômico e político de uma classe média e torna mais provável o fortalecimento da “sociedade civil”.

Desde a Segunda Grande Guerra, o principal determinante da estabilidade democrática foi o crescimento econômico. Mesmo democracias que no início pareciam débeis foram se robustecendo à medida que ascendiam a níveis mais altos de renda per capita, melhoravam seus níveis educacionais e conseguiam atender as demandas básicas da população. Mas nada assegura que a configuração de fatores relevantes para a estabilidade permanecerá a mesma até, digamos, a metade do presente século. Na América Latina, o regime democrático sabidamente convive com níveis infamantes de desigualdade social, corrupção e criminalidade, e se beneficia cada vez menos da força moderadora de valores e instituições “tradicionais”. Assim, até onde a vista alcança, a estabilidade e o vigor da democracia dependerão muito do desempenho do sistema político e do aprimoramento moral da vida pública.

(Adaptado de: LAMOUNIER, Bolívar. “Democracia: origens e presença no pensamento brasileiro. In: Agenda cultural. São Paulo, Cia. das Letras, 2009. p. 148-150)

Considerando-se o contexto, mantêm-se as relações de sentido e a correção gramatical substituindo-se

- A) Mesmo por “Mediante” (4º parágrafo).
- B) à medida que por “desde que” (4º parágrafo).
- C) tal por “qualquer” (3º parágrafo).
- D) Assim por “Não obstante” (4º parágrafo).

- E) quando por “enquanto” (2º parágrafo).

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Significação das palavras

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - OPERAÇÃO DE COMPUTADORES / TRE/RR / 2015 / FCC

Q15.

Escola de bem-te-vis

Muita gente já não acredita que existam pássaros, a não ser em gravuras ou empalhados nos museus – o que é perfeitamente natural, dado o novo aspecto da terra, que, em lugar de árvores, produz com mais abundância blocos de cimento armado. Mas ainda há pássaros, sim. Existem tantos, ao redor da minha casa, que até agora não tive (nem creio que venha a ter) tempo de saber seus nomes, conhecer suas cores, entender sua linguagem. Porque evidentemente os pássaros falam. Há muitos, muitos anos, no meu primeiro livro de inglês, se lia: “Dizem que o sultão Mamude entendia a linguagem dos pássaros ...”

Quando ouço um gorjeio nestas mangueiras e ciprestes, logo penso no sultão e nessa linguagem que ele entendia. Fico atenta, mas não consigo traduzir nada. No entanto, bem sei que os pássaros estão conversando.

O papagaio e a arara, esses aprendem o que lhes ensinam, e falam como doutores. E há o bem-te-vi, que fala português de nascença, mas infelizmente só diz o próprio nome, decerto sem saber que assim se chama. [...]

Os pais e professores desses passarinhos devem ensinar-lhes muitas coisas: a discernir um homem de uma sombra, as sementes e frutas, os pássaros amigos e inimigos, os gatos – ah! principalmente os gatos ... Mas essa instrução parece que é toda prática e silenciosa, quase sigilosa: uma espécie de iniciação. Quanto a ensino oral, parece que é mesmo só: “Bem-te-vi! Bem-te-vi!”, que uns dizem com voz rouca, outros com voz suave, e os garotinhos ainda meio hesitantes, sem fôlego para as três sílabas.

(MEIRELES, Cecília. O que se diz e o que se entende. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 95-96)

Os diferentes verbos empregados nas frases transcritas do texto, que apresentam o mesmo sentido, encontram-se no par:

- A) Quando ouço um gorjeio nestas mangueiras e ciprestes ... (2º parágrafo)

... mas não consigo traduzir nada. (2º parágrafo)

- B) ... tempo de saber seus nomes ... (1º parágrafo)

... entender sua linguagem. (1º parágrafo)

- C) Mas ainda há pássaros, sim. (1º parágrafo)

Existem tantos, ao redor da minha casa ... (1º parágrafo)

- D) ... que os pássaros estão conversando. (2º parágrafo)

... e falam como doutores. (3º parágrafo)

- E) ... que fala português de nascença ... (3º parágrafo)

Dizem que o sultão Mamude ... (1º parágrafo)

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego das classes de palavras

Q16.

Quando confrontada a duas teorias – uma simples e outra complexa – para explicar um problema, a maior parte das pessoas não hesita em favorecer a primeira, também qualificada como elegante. “Em muitos casos, porém, a complexa pode ser mais interessante”, lembra o filósofo Marco Zingano, da Universidade de São Paulo. Segundo ele, a escolha é natural na cultura ocidental contemporânea porque o pensamento dessas civilizações foi moldado por Aristóteles e Platão, os filósofos de maior destaque na Grécia Antiga, para quem a metafísica da unidade tinha como paradigma a simplicidade.

Levado ao pé da letra, o resgate puramente historiográfico das contribuições da Antiguidade pode parecer folclórico diante do conhecimento atual. Mas, mesmo que oculta, a influência de Aristóteles e de Platão está presente na forma como o pensamento governa os hábitos intelectuais da civilização atual.

Um dos problemas que ocuparam Platão e Aristóteles foi a acrasia, que leva uma pessoa a tomar uma atitude contrária à que sabe ser a correta. Se está claro, por exemplo, que uma moderada dose diária de exercícios é suficiente para prevenir uma série de doenças graves e trazer benefícios à saúde, por que alguém optaria por passar horas deitado no sofá e se locomover apenas de carro? Para Sócrates, a resposta era simples: guiado pela razão, o ser humano só deixa de fazer o que é melhor se lhe faltar o conhecimento.

Platão discordava, e resolveu o dilema dividindo a alma em três partes: um par de cavalos alados conduzidos por um cocheiro que representa uma delas, a razão. Um dos cavalos, arreado, só pode ser controlado a chicotadas e representa os apetites. O outro é a porção irascível da alma. É o impulso, em geral obediente à razão, mas que pode levar a decisões impetuosas em determinadas situações. “O que determina as ações seriam fontes distintas de motivação”, observa Zingano. Platão pensou o conflito como interno à alma, dando lugar à acrasia. Já Aristóteles dedicou um livro de sua Ética ao fenômeno.

Aristóteles e Platão tiveram um papel importante – e persistente – porque foram grandes sistematizadores do conhecimento. Eles procuraram domar conceitos diversos do Universo, do corpo e da mente, entender seu funcionamento e deixar registrado para uso futuro. Resgatar esses textos, explica Zingano, é uma busca da compreensão de como a cultura ocidental descreve o mundo e enxerga a si mesma ainda hoje.

(Adaptado de: GUIMARÃES, Maria. Disponível em: revistapesquisa.fapesp.br)

... mesmo que oculta, a influência de Aristóteles e de Platão... (2º parágrafo)

A conjunção da frase acima apresenta sentido

- A) consecutivo.
- B) causal.
- C) concessivo.
- D) temporal.
- E) condicional.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirir a versão completa em <http://www.concursoseprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego das classes de palavras

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO / TRT 19ª / 2014 / FCC

Q17.

O MAQUINISTA empurra a manopla do acelerador. O trem cargueiro começa a avançar pelos vastos e desertos prados do Cazaquistão, deixando para trás a fronteira com a China. O trem segue mais ou menos o mesmo percurso da lendária Rota da Seda, antigo caminho que ligava a China à Europa e era usado para o transporte de especiarias, pedras preciosas e, evidentemente, seda, até cair em desuso, seis séculos atrás.

Hoje, a rota está sendo retomada para transportar uma carga igualmente preciosa: laptops e acessórios de informática fabricados na China e enviados por trem expresso para Londres, Paris, Berlim e Roma.

A Rota da Seda nunca foi uma rota única, mas sim uma teia de caminhos trilhados por caravanas de camelos e cavalos a partir de 120 a.C., quando Xi'an – cidade do centro-oeste chinês, mais conhecida por seus guerreiros de terracota – era a capital da China.

As caravanas começavam cruzando os desertos do oeste da China, viajavam por cordilheiras que acompanham as

fronteiras ocidentais chinesas e então percorriam as pouco povoadas estepes da Ásia Central até o mar Cáspio e além. Esses caminhos floresceram durante os primórdios da Idade Média. Mas, à medida que a navegação marítima se expandiu e que o centro político da China se deslocou para Pequim, a atividade econômica do país migrou na direção da costa.

Hoje, a geografia econômica está mudando outra vez.

Os custos trabalhistas nas cidades do leste da China dispararam na última década. Por isso as indústrias estão transferindo sua produção para o interior do país.

O envio de produtos por caminhão das fábricas do interior para os portos de Shenzhen ou Xangai – e de lá por navios que contornam a Índia e cruzam o canal de Suez – é algo que leva cinco semanas. O trem da Rota da Seda reduz esse tempo para três semanas. A rota marítima ainda é mais barata do que o trem, mas o custo do tempo agregado por mar é considerável.

Inicialmente, a experiência foi realizada nos meses de verão, mas agora algumas empresas planejam usar o frete ferroviário no próximo inverno boreal. Para isso adotam complexas providências para proteger a carga das temperaturas que podem atingir 40 °C negativos.

(Adaptado de: www1.folhauol.com.br/FSP/newyorktimes/122473)

... e então percorriam as pouco povoadas estepes da Ásia Central até o mar Cáspio e além. (5º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- A) ... e de lá por navios que contornam a Índia...
- B) ... era a capital da China.
- C) A Rota da Seda nunca foi uma rota única...
- D) ... dispararam na última década.
- E) ... que acompanham as fronteiras ocidentais chinesas....

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquiria a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego das classes de palavras

Fonte: ANALISTA SUPERIOR III - ARQUITETURA DE SOFTWARE / INFRAERO / 2011 / FCC

Q18.

Primeiras estórias é, certamente, o melhor livro para começar a entender Guimarães Rosa. Com uma variedade de temas e situações onde se encontram exemplares de vários tipos de conto – do fantástico ao anedótico, passando pelo psicológico, o autobiográfico e o satírico – Guimarães Rosa mantém seu estilo próprio com uma estrutura mais assimilável pelo leitor, em consequência do próprio gênero conto. O tratamento que é dado aos temas também é diversificado: ora patético, ora jocoso, ora sarcástico, lírico, erudito e popular.

A maioria dos contos desenrola-se numa região não especificada, mas reconhecível como a das obras anteriores, embora seu cenário seja apenas esboçado. E isso porque, como há um estilo Guimarães Rosa, há também um mundo, um universo Guimarães Rosa perfeitamente identificável, no sentido de que sua obra criou um âmbito próprio, um espaço geográfico e temporal que não se demarca por latitudes e longitudes, nem pelo calendário. É o espaço que circunscreve seus míticos personagens, e tão amplo como aquele outro, o mundo real, de cujos habitantes esses personagens são outras tantas facetas.

(Adaptado do texto de apresentação de Primeiras estórias,
de Guimarães Rosa, retirado da quarta capa da 26ª edição – Ed. Nova Fronteira)

A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:

- A) O tratamento que é dado aos temas = O tratamento que lhes é dado.
- B) que circunscreve seus míticos personagens = que os circunscreve.
- C) para começar a entender Guimarães Rosa = para começar a entendê-lo.
- D) sua obra criou um âmbito próprio = sua obra criou-o.
- E) Guimarães Rosa mantém seu estilo próprio = Guimarães Rosa lhe mantém.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego das classes de palavras

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRT 23ª / 2011 / FCC

Q19.

A navegação fazia-se, comumente, das oito horas da manhã às cinco da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos e eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós. Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios durante a tarde e pela manhã, às vezes até o meio-dia, impediam que se prolongasse o horário das viagens.

Antes do pôr-do-sol, costumavam os homens arranchar-se e cuidar da ceia, que constava principalmente de feijão com toucinho, além da indefectível farinha, e algum pescado ou caça apanhados pelo caminho. Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.

De qualquer modo, era esse alimento tido em grande conta nas expedições, passando por extremamente substancial e saudável. Um dos motivos para tal preferência vinha, sem dúvida, da grande abundância de feijão nos povoados, durante as ocasiões em que costumavam sair as frotas destinadas ao Cuiabá e a Mato Grosso.

(Adaptado de Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 2000, pp.105-6)

O verbo corretamente empregado e flexionado está grifado em:

- A) É de se imaginar que, se os viajantes setecentistas antevessem as dificuldades que iriam deparar, muitos deles desistiriam da aventura antes mesmo de embarcar.
- B) O que quer que os compelisse, cabe admirar a coragem desses homens que partiam para o desconhecido sem saber o que os aguardava a cada volta do rio.
- C) Caso não se surtisse com os mantimentos necessários para o longo percurso, o viajante corria o risco de literalmente morrer de fome antes de chegar ao destino.
- D) Se não maldiziam os santos, é bastante provável que muitos dos viajantes maldizessem ao menos o destino diante das terríveis tribulações que deviam enfrentar.
- E) Na história da humanidade, desbravadores foram não raro aqueles que sobreporam o desejo de enriquecer à relativa segurança de uma vida sedentária.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego das classes de palavras

Fonte: ANALISTA DE SISTEMAS I / Nossa Caixa / 2011 / FCC

Q20.

Pós-11/9

Li que em Nova York estão usando “dez de setembro” como adjetivo, significando antigo, ultrapassado. Como em: “Que penteado mais dez de setembro!”. O 11/9 teria mudado o mundo tão radicalmente que tudo o que veio antes – culminando com o day before [dia anterior], o último dia das torres em pé, a última segunda-feira normal e a véspera mais véspera da História – virou preâmbulo. Obviamente, nenhuma normali-

dade foi tão afetada quanto o cotidiano de Nova York, que vive a psicose do que ainda pode acontecer. Os Estados Unidos descobriram um sentimento inédito de vulnerabilidade e reorganizam suas prioridades para acomodá-las, inclusive sacrificando alguns direitos de seus cidadãos, sem falar no direito de cidadãos estrangeiros não serem bombardeados por eles. Protestos contra a radicalíssima reação americana são vistos como irrealistas e anacrônicos, decididamente “dez de setembro”.

Mas fatos inaugurais como o 11/9 também permitem às nações se repensarem no bom sentido, não como submissão à chantagem terrorista, mas para não perder a oportunidade do novo começo, um pouco como Deus – o primeiro autocrítico – fez depois do Dilúvio. Sinais de revisão da política dos Estados Unidos com relação a Israel e os palestinos são exemplos disto. É certo que nenhuma reunião dos países ricos será como era até 10/9, pelo menos por algum tempo. No caso dos donos do mundo, não se devem esperar exames de consciência mais profundos ou atos de contrição mais espetaculares, mas o instinto de sobrevivência também é um caminho para a virtude. O horror de 11/9 teve o efeito paradoxalmente contrário de me fazer acreditar mais na humanidade.

A questão é: o que acabou em 11/9 foi prólogo, exatamente, de quê? Seja o que for, será diferente. Inclusive por uma questão de moda, já que ninguém vai querer ser chamado de “dez de setembro” na rua.

(Luis Fernando Verissimo, O mundo é bárbaro)

Está adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:

- A) A obsolescência e o anacronismo, atributos nos quais os americanos manifestam todo seu desprezo, passaram a se enfeixar com a expressão dez de setembro.
- B) O estado de psicose, ao qual imergiram tantos americanos, levou à adoção de medidas de segurança em cuja radicalidade muitos recriminam.
- C) A sensação de que o 11/9 foi um prólogo de algo ao qual ninguém se arrisca a pronunciar é um indício do pasmo no qual foram tomados tantos americanos.
- D) Não é à descrença, sentimento com que nos sentimos invadidos depois de uma tragédia, é na esperança que queremos nos apegar.
- E) Fatos como os de 11/9, com que ninguém espera se deparar, são também lições terríveis, de cujo significado não se deve esquecer.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquiria a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego das classes de palavras

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/SE / 2007 / FCC

Q21.

O futuro da humanidade

Tudo indica que há um aquecimento progressivo do planeta e que esse fenômeno é causado pelo homem. Nossos filhos e netos já conhecerão seus efeitos devastadores: a subida do nível do mar ameaçará nossas costas, e o desequilíbrio climático comprometerá os recursos básicos – em muitos lugares, faltará água e faltará comida.

Os humanos (sobretudo na modernidade) prosperaram num projeto de exploração e domínio da natureza cujo custo é hoje cobrado. Para corrigir esse projeto, atenuar suas consequências e sobreviver, deveríamos agir coletivamente. Ora, acontece que nossa espécie parece incapaz de ações coletivas. À primeira vista, isso é paradoxal.

Progressivamente, ao longo dos séculos, chegamos a perceber qualquer homem como semelhante, por diferente de nós que ele seja. Infelizmente, reconhecer a espécie como grupo ao qual pertencemos (sentir solidariedade com todos os humanos) não implica que sejamos capazes de uma ação coletiva. Na base de nossa cultura está a idéia de que nosso destino individual é mais importante do que o destino dos grupos dos quais fazemos parte. Nosso individualismo, aliás, é

a condição de nossa solidariedade: os outros são nossos semelhantes porque conseguimos enxergá-los como indivíduos, deixando de lado as diferenças entre os grupos aos quais cada um pertence. Provavelmente, trata-se de uma conseqüência do fundo cristão da cultura ocidental moderna: somos todos irmãos, mas a salvação (que é o que importa) decide-se um por um. Em suma: agir contra o interesse do indivíduo, mesmo que para o interesse do grupo, não é do nosso feitio.

Resumo: hoje, nossa espécie precisa agir coletivamente, mas a própria cultura que, até agora, sustentou seu caminho torna esse tipo de ação difícil ou impossível.

Mas não sou totalmente pessimista. Talvez nosso impasse atual seja a ocasião de uma renovação. Talvez saibamos inventar uma cultura que permita a ação coletiva da comunidade dos humanos que habitam o planeta Terra.

(Contardo Calligaris, Folha de S. Paulo, 8/02/07)

Nossos recursos básicos já estão ameaçados, o desequilíbrio climático comprometerá os recursos básicos, tornará escassos os recursos básicos, entre eles a água e a comida – e quem pode prescindir de água e de comida?

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- A) comprometer-lhes-á - os tornará escassos - isso.
- B) os comprometerá - lhes tornará escassos - daquelas.
- C) lhes comprometerá - tornará eles escassos - destas.
- D) comprometerá a eles - tornar-lhes-á escassos - delas.
- E) comprometé-los-á - torná-los-á escassos - destas.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Pontuação

Fonte: ANALISTA - APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO - ARQUIVOLOGIA / CNMP / 2015 / FCC

Q22.

Falsificações na internet

Quem frequenta páginas da internet, sobretudo nas redes sociais, volta e meia se depara com textos atribuídos a grandes escritores. Qualquer leitor dos mestres da literatura logo perceberá a fraude: a citação está longe de honrar a alegada autoria. Drummond, Clarice Lispector, Guimarães Rosa e Fernando Pessoa, por exemplo, jamais escreveriam banalidades recheadas de lugares comuns, em linguagem capenga e estilo indefinido. Mas fica a pergunta: o que motiva essas falsificações grosseiras de artistas da palavra e da imaginação?

São muitas as justificativas prováveis. Atrás de todas está a vaidade simplória de quem gostaria de ser tomado por um grande escritor e usa o nome deste para promover um texto tolo, ingênuo, piegas, carregado de chavões. Os leitores incautos mordem a isca e parabenizam o fraudulento, expandindo a falsificação e o mau gosto. Mas há também o ressentimento malicioso de quem conhece seus bem estreitos limites literários e, não se conformando com eles, dispõe-se a iludir o público com a assinatura falsa, esperando ser confundido com o grande escritor. Como há de fato quem confunda a gritante aberração com a alta criação, o falsário dá-se por recompensado enquanto recebe os parabéns de quem o "curtiu".

Tais casos são lamentáveis por todas as razões, e constituem transgressões éticas, morais, estéticas e legais. Mas fixemos apenas com a grave questão da identidade própria que foi rejeitada em nome de outra, inteiramente postiça. Enganar-se a si mesmo, quando não se trata de uma psicopatia grave, é uma forma dolorosa de trair a consciência de si. Os grandes atores, apoiando-se no talento que lhes é próprio, enobrecem

esse desejo tão humano de desdobraimento da personalidade e o legitimam artisticamente no palco ou nas telas; os escritores criam personagens com luz própria, que se tornam por vezes mais famosos que seus criadores (caso de Cervantes e seu Dom Quixote, por exemplo); mas os falsários da internet, ao não assinarem seu texto medíocre, querem que o tomemos como um grande momento de Shakespeare. Provavelmente jamais leram Shakespeare ou qualquer outro gênio citado: conhecem apenas a fama do nome, e a usam como moeda corrente no mercado virtual da fama.

Tais fraudes devem deixar um gosto amargo em quem as pratica, sobretudo quando ganham o ingênuo acolhimento de quem, enganado, as aplaude. É próprio dos vícios misturar prazer e corrosão em quem os sustenta. Disfarçar a mediocridade pessoal envergando a máscara de um autêntico criador só pode aprofundar a rejeição da identidade própria. É um passo certo para alargar os ressentimentos e a infelicidade de quem não se aceita e não se estima.

(Terêncio Cristobal, inédito)

Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- A) Atualmente, ocorre na internet com cansativa frequência, a atribuição de textos insípidos aos grandes autores da nossa literatura, o que concorre certamente para a propagação do mau gosto, e a banalização da fraude.
- B) Atualmente ocorre na internet, com cansativa frequência, a atribuição de textos insípidos, aos grandes autores da nossa literatura, o que concorre certamente, para a propagação do mau gosto e a banalização da fraude.
- C) Atualmente, ocorre na internet, com cansativa frequência, a atribuição de textos insípidos aos grandes autores da nossa literatura, o que concorre, certamente, para a propagação do mau gosto e a banalização da fraude.
- D) Atualmente ocorre, na internet com cansativa frequência, a atribuição de textos insípidos, aos grandes autores, da nossa literatura o que concorre, certamente, para a propagação do mau gosto e a banalização da fraude.
- E) Atualmente ocorre, na internet, com cansativa frequência a atribuição, de textos insípidos, aos grandes autores da nossa literatura, o que concorre, certamente para a propagação do mau gosto, e a banalização da fraude.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquiria a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Pontuação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ANALISTA DE SISTEMAS / TJ/RJ / 2012 / FCC

Q23.

O caso Montaigne na tradição literária da amizade não é propriamente uma exceção. Como os povos felizes, que – já se disse – não têm história: os sentimentos vitais, contentes e continentais, poucas vezes, enquanto vigem, dublam-se em reflexão e discurso. Por isso, certamente, a clave da perda marca tanto essa literatura e a tingem tão estranhamente de melancolia. (É que talvez os relevos dos grandes sentimentos humanos só se deixem mesmo apalpar pelo avesso: a falta permite, mais facilmente, sondar a profundidade do pleno, a dor, do contentamento.) Com efeito, ao pensarmos nos grandes textos sobre a amizade, vêm-nos de imediato à lembrança a bela dissertação do Lélío de Cícero, brotada do interior de seu luto pela morte de Cipião, o sensível capítulo das **Confissões de Santo Agostinho dedicado à memória do amigo, ou mesmo o **Fédon** de Platão e seu relato pungente da morte de Sócrates. Montaigne tem pois predecessores ilustres, e, explicitamente, incorpora o seu texto nessa linhagem.**

E, no entanto, ao ler seu ensaio (livro I, 28), sentimos que dissoa bastante do andamento mais moderado dessas composições da tradição. Sua dissertação, sentimos logo, engata alturas mais elevadas, vibra de modo mais intenso. Montaigne radicaliza. Com ele a grandeza daquelas amizades se expande num elemento mais vasto, desafia a moderação, vai ao superlativo. A estreita proximidade das almas se ultrapassa; chega à fusão e assim toca o sublime.

(Fragmento adaptado de Sérgio Cardoso. **Paixão da igualdade, paixão da liberdade: a amizade em Montaigne. Os sentidos da paixão.** S.Paulo: Cia. das Letras, 1987. p.162-3)

(É que talvez os relevos dos grandes sentimentos humanos só se deixem mesmo apalpar pelo avesso: a falta permite, mais facilmente, sondar a profundidade do pleno, a dor, do contentamento.)

Atente para as afirmações seguintes sobre a pontuação empregada na frase acima, transcrita do 1º parágrafo do texto.

I. O uso dos parênteses para isolar a frase justifica-se por se tratar de uma digressão que, embora relacionada à reflexão feita no parágrafo, interrompe momentaneamente o fluxo do pensamento.

II. Os dois-pontos introduzem um segmento que constitui, de certo modo, uma ressalva ao que se afirma no segmento imediatamente anterior.

III. As vírgulas que isolam o segmento *mais facilmente* poderiam ser retiradas sem prejuízo para a correção e a lógica.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Concordância verbal e nominal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 2ª / 2012 / FCC

Q24.

Divagação sobre as ilhas

Minha ilha (e só de a imaginar já me considero seu habitante) ficará no justo ponto de latitude e longitude que, pondo-me a coberto de ventos, sereias e pestes, nem me afaste demasiado dos homens nem me obrigue a praticá-los diuturnamente. Porque esta é a ciência e, direi, a arte do bom viver: uma fuga relativa, e uma não muito estouvada confraternização.

E por que nos seduz a ilha? As composições de sombra e luz, o esmalte da relva, a cristalinidade dos regatos – tudo isso existe fora das ilhas, não é privilégio delas. A mesma solidão existe, com diferentes pressões, nos mais diversos locais, inclusive os de população densa, em terra firme e longa. Resta ainda o argumento da felicidade – “aqui eu não sou feliz”, declara o poeta, para enaltecer, pelo contraste, a sua Pasárgada, mas será que se procura realmente nas ilhas a ocasião de ser feliz, ou um modo de sê-lo? E só se alcançaria tal mercê, de índole extremamente subjetiva, no regaço de uma ilha, e não igualmente em terra comum?

Quando penso em comprar uma ilha, nenhuma dessas excelências me seduz mais do que as outras, nem todas juntas constituem a razão do meu desejo. A ideia de fuga tem sido alvo de crítica severa e indiscriminada nos últimos anos, como se fosse ignominioso, por exemplo, fugir de um perigo, de um sofrimento, de uma caceteação. Como se devesse o homem

consumir-se numa fogueira perene, sem carinho para com as partes cândidas ou pueris dele mesmo. Chega-se a um ponto em que convém fugir menos da malignidade dos homens do que da sua bondade incandescente. Por bondade abstrata nos tornamos atrozés. E o pensamento de salvar o mundo é dos que acarretam as mais copiosas e inúteis carnificinas. A ilha é, afinal de contas, o refúgio último da liberdade, que em toda parte se busca destruir. Amemos a ilha.

(Adaptado de Carlos Drummond de Andrade, Passeios na ilha)

As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- A) Evitem-se, sempre que possível, qualquer excesso no convívio humano: nem proximidade por demais estreita, nem distância exagerada.
- B) Os vários atrativos de que dispõem a vida nas ilhas não são, segundo o cronista, exclusividade delas.
- C) Cabem aos poetas imaginar espaços mágicos nos quais realizemos nossos desejos, como a Pasárgada de Manuel Bandeira.
- D) Muita gente haveriam de levar para uma ilha os mesmos vícios a que se houvesse rendido nos atropelos da vida urbana.
- E) A poucas pessoas conviria trocar a rotina dos shoppings pela serenidade absoluta de uma pequena ilha.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Concordância verbal e nominal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - INFORMÁTICA / TRF 4ª / 2007 / FCC

Q25.

Verdades e máscaras

Alguém já disse que, sem o auxílio de algum tipo de “máscara” em nosso comportamento, não sobreviveríamos como sociedade. A verdade clara e radical de cada um, se exibida e praticada sem qualquer mediação, seria insuportável. As chamadas “regras de convívio” supõem, sempre, algum “mascaramento”. Todos os nossos atos devem passar pelo filtro da conveniência, pelos padrões da “educação”, sob pena de serem tachados de insanos e violentamente repudiados. Num poema famoso, Manuel Bandeira confessou estar seduzido pelo lirismo libertário que reconhece nos bêbados e nos loucos. O poeta sabe que, nessas personagens, o impulso de liberdade já fugiu ao controle da razão, e se proclama sem qualquer senso de responsabilidade. São, por isso, inspirações para uma arte libertária, ou mesmo libertina: o poema está, aliás, num livro chamado Libertinagem. De fato, nada mais temível, quando se está lúcido, que a presença de um louco ou de um bêbado: sabe-se que deles se pode esperar tudo, que estão imunes a qualquer necessidade de mascaramento. Podem vir deles as verdades que ninguém costuma dizer. Algo semelhante, aliás, ocorre com a língua espontânea, sem freios, das crianças pequenas. Isso esclarece um pouco a razão das tensões que costumam nos tomar em nosso cotidiano. Vivemos buscando a verdade e a sinceridade absolutas, detestamos a hipocrisia e a falsidade; no entanto, ao mesmo tempo, temos que admitir e reprovar, em nós mesmos, a fraqueza de cada máscara que nos seja conveniente. Vivemos, assim, sobre esse fio de navalha entre a verdade e o disfarce. Queremos a qualquer custo um amigo verdadeiro, “que nos olhe nos olhos”; no entanto, sabemos o quanto é difícil aceitar sem mágoa a eventual reprimenda que, com toda justiça, o amigo venha a nos lançar ao rosto. Queremos ser, ao mesmo tempo, polidos e solidamente honestos. Mas a polidez acaba sendo, muitas vezes, um verniz artificial, que envergonha a nossa sede de honestidade. Acredita-se que tais contradições tenham nascido com as primeiras instituições humanas. Regidos pela necessidade de viver socialmente, estabelecemos normas de conduta, demarcamos fronteiras para as iniciativas pessoais. Sem isso, talvez não sobrevivêssemos como espécie, e certamente não

sofreríamos o peso da nossa própria humanidade.

(Calógeras do Nascimento)

Há plena observância das normas de concordância verbal na frase:

- A) Reconhece-se nos loucos e nos bêbados aqueles impulsos que fogem a qualquer tipo de mascaramento.
- B) Vivemos assaltados por tensões, e não são sem razão que elas se associam às máscaras de que nos valem.
- C) Acabaram encontrando repercussões nos versos de anuel Bandeira o desassombro libertário dos loucos e dos bêbados.
- D) Na linguagem das crianças encontra-se, como na dos loucos e na dos bêbados, índices de uma irresponsabilidade que faz inveja aos adultos.
- E) Entre os profissionais de quem mais se exige sistemático uso de máscaras está o responsável pelo atendimento do público.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Regência verbal e nominal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2012 / FCC

Q26.

O arroz da raposa

Julio Cortázar tem um conto que sai de um palíndromo – “Satarsa”. Um menino brinca de desarticular as palavras. No fundo, um escritor é um sujeito que pela vida afora continua a mexer com as palavras. Para diante delas, estranha esta, questiona aquela. O menino de Cortázar, que devia ser ele mesmo, virava a palavra pelo avesso e se encantava. Saber que a leitura pode ser feita de trás para diante é uma aventura. E às vezes dá certo. No conto “Satarsa”, a palavra é ROMA. Lida ao contrário, também faz sentido. Deixa de ser ROMA e vira AMOR. Para o leitor adulto e apressado, isso pode ser uma bobagem. Para o menino é uma descoberta fascinante. Olhos curiosos, o menino vê a partir daí que o mundo pode ser arrumado de várias maneiras. Não só o mundo das palavras. É a partir dessa possibilidade de mudar que o mundo se renova. E melhora.

Ou piora. Não teria graça se só melhorasse. O risco de piorar é fundamental na aventura humana. Mas estou me afastando da história do Cortázar. E sobretudo do que pretendo dizer. Ou pretendia. No embalo das palavras, vou me deixando arrastar de brincadeira, como o menino do conto. Um dia ele encontrou esta frase: “Dábale arroz a la zorra el abad”. Em português, significa: “O vigário dava arroz à raposa”. Soa estranho isso, não soa?

Mesmo para um menino aberto ao que der e vier, a frase é bastante surrealista, mas o que importa é que a oração em espanhol pode ser lida de trás para diante. E fica igualzinha. Pois este palíndromo não só encantou o menino Cortázar, como decidiu o seu destino de escritor. Isto sou eu quem digo. Ele percebeu aí que as palavras podem se relacionar de maneira diferente. E mágica. Sem essa consciência, não há poeta, nem poesia. Como a criança, o poeta tem um olhar novo. Lê de trás para diante. Cheguei até aqui e não disse o que queria. Digo então que tentei uma série de anagramas com o Brasil de hoje. Quem sabe virando pelo avesso a gente acha o sentido?

(Adaptado de Otto Lara Resende. Bom dia para nascer. S.Paulo: Cia. das Letras, 2011. p.296-7)

Julio Cortázar tem um conto que de um palíndromo – “Satarsa”. Um menino de desarticular as palavras. No fundo, um escritor é um sujeito que pela vida afora continua a com as palavras.

Respeitando-se a correção gramatical, as lacunas da frase acima podem ser preenchidas, na ordem dada, por:

- A) se prende - joga - conviver.
- B) procede - distrai-se - praticar.
- C) nasce - entretém-se - manipular.

- D) se inspira - cuida - cultivar.
- E) provém - ocupa-se - lidar.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Semântica e estilística / Denotação e conotação

Fonte: ENFERMEIRO / Prof. Imigrantes/ES / 2016 / CONSULPLAN

Q27.

A importância da família estruturada

Um levantamento do Ministério Público de São Paulo traz um dado revelador: dois terços dos jovens infratores da capital paulista fazem parte de famílias que não têm um pai dentro de casa. Além de não viverem com o pai, 42% não têm contato algum com ele e 37% têm parentes com antecedentes criminais.

Ajudam a engrossar essas estatísticas os garotos Waldik Gabriel, de 11 anos, morto em Cidade Tiradentes, Zona Leste de São Paulo, depois de fugir da Guarda Civil Metropolitana, e Ítalo, de 10 anos, envolvido em três ocorrências de roubo só em 2016, morto pela Polícia Militar no início de junho, depois de furtar um carro na Zona Sul da cidade. O pai de Waldik é caminhoneiro e não vivia com a mãe. O de Ítalo está preso por tráfico. A mãe já cumpriu pena por furto e roubo.

É certo que um pai presente e próximo ao filho faz diferença. Mas, mais que a figura masculina propriamente dita, faz falta uma família estruturada, independentemente da configuração, que dê atenção, carinho, apoio, noções de continência e limite, elementos que protegem os jovens em fase de desenvolvimento.

A mãe e a avó, nessa família brasileira que cresce cada vez mais matriarcal, desdobram-se para tentar cumprir esses requisitos e preencher as lacunas, mas são "atropeladas" pela rotina dura. Muitas vezes, não têm tempo, energia, dinheiro e voz para lidar com esses garotos e garotas que crescem na rua, longe da escola, em bairros sem equipamentos de esporte e cultura, próximos de amigos e parentes que podem estar envolvidos com o crime.

A criança precisa ter muita autoestima e persistência para buscar nesse horizonte nebuloso um projeto de vida. Sem apoio emocional, sem uma escola que estimule seu potencial, sem ter o que fazer com seu tempo livre, sem enxergar uma luz no fim do túnel, ela fica muito mais perto da droga, do tráfico, do delito, da violência e da gestação na adolescência. É nessa mesma família, sem pai à vista, de baixa renda, longe da sala de aula, nas periferias, que pipocam os quase 15% das jovens que são mães na adolescência, taxa alarmante que resiste a baixar nas regiões mais carentes.

E o que acontece com essa menina que engravida porque enxerga na maternidade um papel social, uma forma de justificar sua existência no mundo? Iludidas com a perspectiva de estabilizar um relacionamento (a família estruturada que não têm?), elas ficam, usualmente, sozinhas, ainda mais distantes da escola e de seu projeto de vida. O pai da criança some no mundo, e são elas que arcam com o ônus do filho, sobrecarregando um lar que já vivia no limite. Segue-se um ciclo que parece não ter fim.

Sem políticas públicas que foquem nessa família mais vulnerável, no apoio emocional e social para esses jovens, em uma escola mais atraente, em projetos de vida, em alternativas de lazer, a realidade diária na vida desses jovens continuará a ser a gravidez na adolescência, a violência e a criminalidade.

(Jairo Bouer, 11/07/2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/jairo-bouer/noticia/2016/07/importancia-da-familia-estruturada.html>.)

Através de uma enumeração, no quarto parágrafo, são citados itens que – na sua falta – operam dificuldades enfrentadas pela família brasileira, especificamente na figura da mãe e avó, cujo sentido de “ Muitas vezes, não têm tempo, energia, dinheiro e voz para lidar com esses garotos e garotas que crescem na rua, longe da escola, em bairros sem equipamentos de esporte e cultura, próximos de amigos e parentes que podem estar envolvidos com o crime.” (4º§)

- A) expressa uma lógica semântica progressiva ao se sucederem.
- B) é denotativo e está presente em todos os termos que os nomeiam.
- C) varia entre o denotativo e o conotativo, demonstrando a presença de recurso estilístico da linguagem.
- D) estabelece entre si determinada ligação semântica de modo a construir a coerência necessária à compreensão da ideia transmitida.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei nº 8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos civis da União) e alterações / Do provimento

Fonte: TÉCNICO DE JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/AL / 2010 / FCC

Q28.

O retorno do servidor aposentado ao quadro de pessoal da ativa, devido à constatação de não mais persistirem as condições que deram causa a sua aposentadoria, denomina-se:

- A) Reconstrução.

- B) Nomeação.
- C) Recondução.
- D) Reversão.
- E) Reintegração.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei nº 8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos civis da União) e alterações / Do provimento

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 18ª / 2008 / FCC

Q29.

Estando o servidor, na data da publicação do ato de provimento, afastado por motivo de férias, o prazo para a posse será contado

- A) do término das férias.
- B) do início das férias.
- C) do início das férias, descontado o tempo decorrido desta.
- D) do término das férias, porém reduzido pela metade.
- E) do quinto dia do mês subsequente ao do término das férias.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei nº 8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos civis da União) e alterações / Do provimento

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TRF 4ª / 2007 / FCC

Q30.

"X", servidor público federal, foi nomeado para o cargo de técnico judiciário, sendo que, na data da publicação do ato de provimento, estava afastado de suas funções por estar a serviço do tribunal do júri de sua comarca. Nesse caso, o prazo para a sua posse será contado

- A) da data de entrada em exercício.
- B) a critério da administração.
- C) a partir do pedido do servidor.
- D) a partir do término do impedimento.
- E) a partir do décimo dia após a realização do júri.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei nº 8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos civis da União) e alterações / Dos direitos e vantagens / Do vencimento e da remuneração

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 19ª / 2008 / FCC

Q31.

Aquiles, técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho, estando em débito com o erário, cujo valor é de R\$ 5.000,00, foi demitido do cargo que vinha ocupando. Nesse caso, Aquiles terá um prazo para a quitação desse débito, que será de

- A) noventa dias, e a falta de quitação nesse prazo determinará o protesto em Cartório.
- B) sessenta dias, sendo que a não quitação dentro do prazo implicará sua inscrição em dívida ativa.
- C) noventa dias, e a não quitação dentro do prazo justifica o imediato ajuizamento da ação e cobrança.
- D) trinta dias, prorrogável por igual período, sendo que a falta de quitação torna o servidor inapto para outros cargos públicos.
- E) sessenta dias, sendo que a não quitação dentro do prazo implica no arresto ou seqüestro do saldo de sua remuneração.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei nº 8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos civis da União) e alterações / Dos direitos e vantagens / Do direito de petição

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRT 14ª / 2011 / FCC

Q32.

De acordo com a Lei no 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, sobre a prescrição quanto ao direito de petição, é correto afirmar:

- A) Por ser de ordem pública, a prescrição não pode ser relevada pela Administração.
- B) O pedido de reconsideração e o recurso, mesmo quando cabíveis, não interrompem a prescrição.
- C) O direito de requerer prescreve em dez anos quanto ao ato de cassação de aposentadoria.
- D) O direito de requerer prescreve em dois anos quanto aos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.
- E) O prazo de prescrição será contado da data da ciência pelo interessado, ainda que o ato tenha sido devidamente publicado.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei nº 8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos civis da União) e alterações / Do regime disciplinar / Das responsabilidades

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/RN / 2011 / FCC

Q33.

A responsabilidade do servidor público civil

- A) resulta de ato apenas comissivo, praticado no desempenho de cargo ou função.
- B) somente será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato.
- C) de reparar o dano não se estende aos sucessores do servidor público.
- D) decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- E) implicará na aplicação de sanção administrativa, que não poderá cumular-se com demais sanções de natureza penal ou civil, sob pena de caracterizar bis in idem.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei nº 8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos civis da União) e alterações / Do regime disciplinar / Do processo administrativo disciplinar

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2016 / FCC

Q34.

Arnaldo é servidor público estatutário há cerca de dez anos, classificado no setor de transportes da secretaria da educação e responsável pela logística das peruas que fazem o deslocamento dos alunos no trajeto casa-escola, escola-casa.

No último mês, a diretoria da escola e a delegacia de ensino local começaram a receber diversas críticas sobre falhas no serviço de transporte das crianças, a ponto de terem sido narrados episódios de alunos que não foram incluídos no rol de atendimento, não obstante regularmente inscritos para tanto.

Diante da recorrência, foi instaurada sindicância para apuração do ocorrido e identificado que Arnaldo não vinha realizando as programações de itinerário corretamente, comparecendo em repartições diversas para trabalhar, não no local correto.

Instaurado processo administrativo disciplinar, a comissão disciplinar, no curso do inquérito administrativo, de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.112/1990,

- A) deverá providenciar a realização de perícia judicial, para atestar as condições de sanidade mental do acusado antes do prosseguimento do processo.
 - B) poderá denegar pedidos de vista dos autos na fase de instrução, inclusive do acusado, tendo em vista que a oportunidade de defesa e contraditório se exerce na fase de defesa.
 - C) poderá, com base nos elementos constantes da sindicância, propor que o acusado seja submetido a exame por junta médica oficial, caso exista dúvida sobre a sanidade mental do acusado.
 - D) deverá requerer que a sindicância, excepcionalmente, integre os autos do processo administrativo quando houver indícios de insanidade mental, para evitar a repetição de provas e possibilitar que o perito judicial designado administrativamente possa opinar sobre os fatos lá apurados.
 - E) poderá processar nos mesmos autos o incidente de sanidade mental, aproveitando a instrução do inquérito, para decidir pela conversão de sanção administrativa por medida de segurança.
-

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei nº 8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos civis da União) e alterações / Do regime disciplinar / Do processo administrativo disciplinar

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 19ª / 2008 / FCC

Q35.

Aretuza, aposentou-se de seu cargo público federal. Posteriormente, foi condenada em processo administrativo por ter recebido propina, em razão de suas atribuições quando estava em atividade. Nesse caso, Aretuza

- A) responderá apenas criminalmente por ser fato delituoso.
- B) continua aposentada por não ter mais vínculo funcional.
- C) será notificada para repor o valor da propina sem outras conseqüências.
- D) terá cassada sua aposentadoria.
- E) responderá apenas civilmente para o ressarcimento de terceiros.

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei 8.429/92 (Improbidade Administrativa) e alterações

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 20ª / 2016 / FCC

Q36.

Considere a seguinte situação hipotética: Heitor, é chefe de determinada repartição pública, de âmbito federal, e responsável por decidir os recursos administrativos interpostos. No momento de prolatar decisão em recurso administrativo, Heitor recebeu ligação de sua esposa alegando que seu filho não estava bem e precisaria ser internado. Em razão da circunstância fática ocorrida, Heitor precisou ausentar-se do serviço público pelo prazo de três dias. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, a decisão do recurso administrativo

- A) não pode ser objeto de delegação.
- B) pode ser objeto de delegação, não sendo necessário que o ato de delegação seja publicado no meio oficial.
- C) pode ser objeto de delegação, no entanto, o ato de delegação não poderá ser revogado a qualquer momento, havendo períodos próprios para tanto.
- D) não admite delegação, como regra, no entanto, na hipótese narrada, comportará delegação desde que proferida pela autoridade hierarquicamente inferior a Heitor.
- E) pode ser proferida por delegação e considerar-se-á editada pelo delegante.

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei 8.429/92 (Improbidade Administrativa) e alterações

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - EXECUÇÃO DE MANDADOS / MPE/MA / 2013 / FCC

Q37.

Nos termos da Lei nº 8.429/92, ocorrendo lesão ao patrimônio público, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

A lesão a que se refere o enunciado pressupõe

- A) ação ou omissão, apenas dolosa, do agente ou de terceiro.
- B) ato apenas comissivo e doloso, do agente ou de terceiro.
- C) ação ou omissão, apenas dolosa, do agente.
- D) ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro.
- E) ato apenas comissivo, doloso ou culposo, do agente ou de terceiro.

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei 8.429/92 (Improbidade Administrativa) e alterações

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/AP / 2012 / FCC

Q38.

No tocante aos processos por improbidade administrativa, é correto afirmar que

- A) uma vez que o acusado de improbidade tenha sido eleito deputado federal, o processo será remetido ao Supremo Tribunal Federal, em face da prerrogativa de foro.
- B) as sanções por improbidade não se aplicam em relação a dirigentes de entidades privadas, excetuada a hipótese de que pratiquem atos tipicamente estatais, mediante delegação de ente público.
- C) a ausência de notificação para defesa prévia, nos termos do art. 17, § 7º da Lei nº 8.429/92, não implica em nulidade processual, exceto se houver comprovado prejuízo à defesa do acusado.
- D) ocorrendo o falecimento de agente condenado unicamente por "revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo" (art. 11, da Lei nº 8.429/92), sem que a conduta tenha implicado em dano ao erário ou enriquecimento ilícito, seus sucessores responderão somente pela multa civil a que foi condenado, até o limite da herança.
- E) será responsabilizado criminalmente, aquele que, dolosa ou culposamente, representar indevidamente contra agente público ou terceiro beneficiário, por suposto ato de improbidade.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei 9.784/99 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal)

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL / TRT 5ª / 2013 / FCC

Q39.

O TRT/BA instaurou processo administrativo para a verificação de conduta de servidor. Nesse processo houve, por parte do órgão administrativo, delegação de competência dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 9.784/99. É regra atinente à delegação de competência no processo administrativo,

- A) a possibilidade de ocorrer na edição de atos de caráter normativo.
- B) a faculdade de publicação do ato no meio oficial.
- C) a revogabilidade do ato.
- D) a possibilidade de ocorrer na decisão de recurso administrativo.
- E) o ato não poder conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Normas Aplicáveis aos Servidores Federais / Lei 9.784/99 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal)

Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - PROCESSUAL/ DIREITO / MPE/MA / 2013 / FCC

Q40.

Determinado órgão administrativo e seu titular, ao constatarem a inexistência de impedimento legal, delegaram parte da sua competência a outros órgãos e titulares, mesmo não lhes sendo hierarquicamente subordinados, assim o fazendo por ser conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica. A propósito do tema e nos termos da Lei nº 9.784/99, é correto afirmar:

- A) A Lei nº 9.784/99 não autoriza delegação em razão de circunstâncias de índole técnica, mas apenas de índole jurídica.
- B) É possível a delegação em questão, por estar autorizada pela Lei nº 9.784/99.
- C) Não é cabível a delegação, vez que a competência é sempre irrenunciável.
- D) A Lei nº 9.784/99 não autoriza delegação em razão de circunstâncias de índole técnica, mas apenas de índole territorial.
- E) A delegação em questão não é possível, vez que não se aplica a órgãos e titulares que não sejam hierarquicamente subordinados ao delegante.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Noções de Gestão Estratégica, de Projetos e de Processos / Gestão Estratégica / BSC (Balanced Scorecard)

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 9ª / 2015 / FCC

Q41.

Entre as metodologias frequentemente utilizadas pelas organizações para implementação de seu planejamento estratégico está o Balanced Scorecard – BSC, que propõe, entre seus princípios,

- I. traduzir a estratégia em guias operacionais.
- II. mobilizar a mudança por meio da liderança executiva.

III. transformar todos os objetivos em indicadores de natureza financeira.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) III.
- B) I.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) III e II.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Noções de Gestão Estratégica, de Projetos e de Processos / Gestão Estratégica / BSC (Balanced Scorecard)

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/PE / 2011 / FCC

Q42.

A empresa Directa utiliza o BSC – Balanced Scorecard como pedra angular de suas ações estratégicas. Diante da missão e visão definidas no Mapa Estratégico, a gestão da competência de seus colaboradores, com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, é um dos objetivos estratégicos alinhados com a perspectiva

- A) dos processos externos.
- B) financeira.
- C) do cliente.
- D) dos processos internos.
- E) de aprendizado e crescimento.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Noções de Sistemas Operacionais Windows

Fonte: OFICIAL DE JUSTIÇA - JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO / TJ/PE / 2012 / FCC

Q43.

No Windows 7 (home basic) NÃO se trata de um modo de exibição de arquivos, o modo

- A) detalhes.
- B) lista.
- C) lado a lado.
- D) sobreposto.
- E) ícones extra grandes.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Noções básicas de Banco de dados

Fonte: ANALISTA TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TCE/AM / 2012 / FCC

Q44.

Em relação a bancos de dados, uma chave primária pode ser formada por uma ou mais colunas e deve possuir um identificador único para

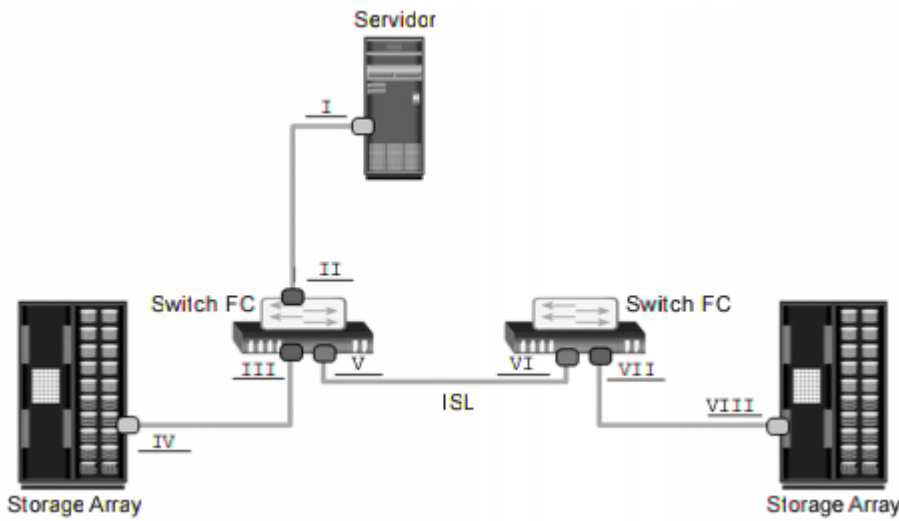
- A) cada uma das colunas pertencente a essa chave.
- B) cada coluna da tabela.
- C) uma tupla (formada por linhas e colunas).
- D) todos os registros da tabela.
- E) cada linha da tabela.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Conceitos Gerais de Equipamentos e Operacionalização

Q45.

Fibre Channel suporta três opções básicas de interconectividade: ponto a ponto, Fibre Channel Arbitrated Loop – FC-AL e Switched Fabric – FC-SW. Considere a imagem, abaixo, que mostra os tipos de portas no Switched Fabric.



As portas I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são, respectivamente,

- A) N, F, F, N, E, E, F, N.
- B) E, F, F, E, N, N, E, F.
- C) F, N, N, F, E, E, E, F.
- D) N, E, E, N, F, F, E, N.
- E) F, E, E, F, N, N, E, F.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirar a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q46.

Áttila é um trabalhador rural que desenvolve suas atividades em turnos ininterruptos de revezamento. Sua esposa, Domitila, que é professora em uma escola particular, acaba de dar à luz ao primeiro filho do casal. De acordo com a Constituição Federal, Áttila tem direito à

- A) jornada de seis horas, salvo negociação coletiva e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- B) duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salvo negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- C) duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
- D) jornada de seis horas, salvo negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
- E) jornada de seis horas, não podendo ser alterada por negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirar a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIO / TRT 20ª / 2011 / FCC

Q47.

Herculano presenciou Humberto torturar Plínio e não o impediu. De acordo com o disposto na Constituição Federal, Herculano

- A) não responderá pelo crime de tortura, porém poderá testemunhar em juízo contra Humberto.
- B) não responderá pelo crime de tortura mas, em razão da sua omissão, terá que indenizar solidariamente o dano.
- C) não responderá pelo crime de tortura e não indenizará Plínio.
- D) responderá pelo crime de tortura, que é imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- E) responderá pelo crime de tortura, que é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 14ª / 2011 / FCC

Q48.

No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

- A) É assegurado, nos termos da lei, o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.
- B) É assegurado, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas ligadas ao futebol, tendo em vista ser este um esporte do povo.
- C) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País sempre será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do país de origem do "de cujus".
- D) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, mesmo em caso de afronta à segurança da sociedade e do Estado, pois o direito individual deve prevalecer.
- E) A pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, independentemente do valor do patrimônio transferido.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO SEM ESPECIALIDADE / TJ/RJ / 2012 / FCC

Q49.

No curso de processo administrativo tendo por objeto a apuração de faltas funcionais por servidor dos quadros do Poder Judiciário, entende a autoridade que conduz o processo pela necessidade de compilação de provas contundentes dos atos supostamente faltosos, considerando apto a esse fim o acesso às comunicações telefônicas do servidor, mantidas tanto em sua unidade de lotação quanto a partir de sua residência.

Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a prova pretendida

- A) poderá ser produzida, desde que mediante determinação judicial, ficando restrita, contudo, às comunicações telefônicas mantidas em sua unidade de lotação.
- B) poderá ser produzida, independentemente de determinação judicial específica, por se tratar de processo administrativo que tramita perante o próprio Poder Judiciário, garantindo-se ao acusado, contudo, o contraditório e a ampla defesa.
- C) poderá ser produzida, desde que mediante determinação judicial, podendo atingir igualmente as comunicações telefônicas mantidas no ambiente de trabalho e as residenciais, a qualquer hora do dia.
- D) não poderá ser produzida, nem mesmo por determinação judicial, uma vez que a Constituição somente autoriza a realização de interceptação telefônica para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- E) poderá ser produzida, desde que mediante determinação judicial, restringindo-se, no entanto, a interceptação das comunicações telefônicas residenciais ao período diurno.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Do Poder Legislativo

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/MS / 2007 / FCC

Q50.

Analise as afirmativas abaixo.

- I. Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice- Presidente da República e os Ministros de Estado.

II. Aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente.

III. Autorizar referendo e convocar plebiscito.

IV. Aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública a escolha de presidente e diretores do Banco Central do Brasil.

Tais competências são privativas, respectivamente,

- A) da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Congresso Nacional e do Senado Federal.
- B) do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional.
- C) da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, do Senado Federal e do Congresso Nacional.
- D) do Congresso Nacional, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.
- E) do Senado Federal, do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Do Poder Legislativo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIO / TRE/PE / 2011 / FCC

Q51.

A prerrogativa concedida aos parlamentares para o exercício do ofício congressual, com a mais ampla liberdade de manifestação, por meio de palavras, discussão, debate e voto no Parlamento ou em uma das suas comissões, se trata da imunidade

- A) material.
- B) formal.
- C) lógica.
- D) objetiva.
- E) subjetiva.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Do Poder Executivo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 23ª / 2016 / FCC

Q52.

Caso o Presidente da República venha a ser acusado de prática de infração penal comum, deverá ser julgado pelo

- A) Senado Federal, funcionando como presidente para esse fim o presidente do Supremo Tribunal Federal, após ser admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, ficando suspenso de suas funções, pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, após instaurado o processo pelo Senado Federal.
- B) Senado Federal, funcionando como presidente para esse fim o presidente do Supremo Tribunal Federal, após ser admitida a acusação por maioria de votos da Câmara dos Deputados, ficando suspenso de suas funções, pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, após instaurado o processo pelo Senado Federal.
- C) Supremo Tribunal Federal, após ser admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, ficando suspenso de suas funções, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) Supremo Tribunal Federal, após ser admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, podendo ser preso provisoriamente, antes da decisão condenatória, se presentes os requisitos legais.
- E) Supremo Tribunal Federal, após ser admitida a acusação por maioria de votos da Câmara dos Deputados, ficando suspenso de suas funções, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Do Poder Judiciário

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 20ª / 2016 / FCC

Q53.

Vitoria, 34 anos de idade; Margarida 62 anos de idade; Glauca, 66 anos de idade são juízas do trabalho com atuação em Tribunais Regionais do Trabalho distintos. As três almejam ocupar cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Com relação ao quesito idade,

- A) apenas Margarida e Gláucia poderão ocupar o referido cargo, observando que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 27 Ministros.
- B) apenas Margarida poderá ocupar o referido cargo, observando que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 27 Ministros.
- C) apenas Margarida poderá ocupar o referido cargo, observando que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 23 Ministros.
- D) todas poderão ocupar o referido cargo, observando que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 23 Ministros.
- E) apenas Vitoria e Margarida poderão ocupar o referido cargo, observando que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 27 Ministros.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Constitucional / Do Poder Judiciário

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2012 / FCC

Q54.

Tício, jurista de notável saber jurídico, Desembargador do Poder Judiciário de um determinado Estado da Federação será nomeado pelo Presidente da República para compor o Superior Tribunal de Justiça se a sua escolha for aprovada pela maioria absoluta

- A) do Senado Federal e sua indicação recair em lista tríplice elaborada pelo Superior Tribunal de Justiça e entregue ao Presidente da República.
- B) do Congresso Nacional e sua indicação recair em lista sêxtupla elaborada pelo Supremo Tribunal Federal e entregue ao Presidente da República.
- C) da Câmara dos Deputados e sua indicação recair em lista tríplice elaborada pelo Superior Tribunal de Justiça e entregue ao Presidente da República.
- D) do Senado Federal e sua indicação recair em lista sêxtupla elaborada pelo Supremo Tribunal Federal e entregue ao Presidente da República.
- E) do Congresso Nacional e sua indicação recair em lista tríplice elaborada pelo Superior Tribunal de Justiça e entregue ao Presidente da República.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Constitucional / Do Poder Judiciário

Fonte: ANALISTA SUPERIOR II - ADVOGADO / INFRAERO / 2011 / FCC

Q55.

O Conselho Nacional de Justiça:

- A) compõe-se de onze membros com mandato de um ano, admitida uma recondução.
- B) terá dentre os seus membros dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- C) será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- D) terá dentre os seus membros três juízes federais, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- E) compõe-se de nove membros com mandato de dois anos, vedada a recondução.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Constitucional / Do Poder Judiciário

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRT 8ª / 2010 / FCC

Q56.

O Conselho Nacional de Justiça é composto, além de outros membros, por

- A) dois juízes federais, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- B) um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- C) dois juízes de Tribunais Regionais do Trabalho, indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- D) dois juízes do trabalho, indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- E) três advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Constitucional / Ordem social / Família, criança, adolescente e idoso

Fonte: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - DIREITO / MPE/SE / 2010 / FCC

Q57.

No que diz respeito ao Estatuto do Idoso, é certo que os alimentos serão prestados aos idosos na forma da lei civil, sendo que as transações aos referidos alimentos poderão ser celebradas perante

- A) o Juiz de Direito, exclusivamente, que as homologará e passarão a ter efeito de título executivo em conformidade com a lei processual pertinente.
- B) o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- C) o Juiz de Direito ou Promotor de Justiça, que as confirmará, mas sem efeito de título executivo extrajudicial.
- D) o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as avalizará, mas sem qualquer efeito de título executivo extrajudicial.
- E) as entidades de atendimento, que as referendará com assistência de advogado, passando a ter efeito de título executivo extrajudicial.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração direta e indireta

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRT 18ª / 2008 / FCC

Q58.

Sobre as empresas públicas e as sociedades de economia mista, é INCORRETO afirmar:

- A) As sociedades de economia mista federais não foram contempladas com o foro processual da Justiça Federal.
- B) As empresas públicas podem ser estruturadas sob qualquer das formas admitidas em direito.
- C) O capital das sociedades de economia mista é constituído por capital público e privado.
- D) No capital das empresas públicas pode ser admitida a participação de entidades da administração indireta.
- E) As sociedades de economia mista não podem ser estruturadas sob a forma de sociedade anônima.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes Públicos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 2ª / 2012 / FCC

Q59.

Em sentido amplo, "agentes públicos" são todos os indivíduos que, a qualquer título, exercem uma função pública, remunerada ou gratuita, permanente ou transitória, política ou meramente administrativa, como prepostos do Estado.

Diante deste conceito, considere:

- I. Pessoas que recebem a incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração do poder público habilitante.
- II. Particulares que recebem a incumbência de exercer determinada atividade, obra ou serviço público e o fazem em nome próprio, por sua conta e risco, sob a permanente fiscalização do respectivo Poder Público.

As descrições acima correspondem, respectivamente, à seguinte classificação de agentes públicos:

- A) delegados e políticos.
- B) administrativos e políticos.
- C) honoríficos e servidores públicos.
- D) credenciados e delegados.
- E) honorários e credenciados.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes Públicos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRF 2ª / 2012 / FCC

Q60.

A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada, EXCETO quando se tratar, dentre outras hipóteses, a de

- A) dois cargos de profissionais de saúde com empregos privados no setor de saúde, independente do limite remuneratório e da compatibilidade de horários estabelecidos na Constituição Federal.
- B) dois cargos de provimento em comissão, independentemente da compatibilidade de horários, mas desde que observado o limite remuneratório estabelecido na Constituição Federal.

- C) dois cargos de professor e houver compatibilidade de horários, observado o limite remuneratório estabelecido na Constituição Federal.
- D) dois cargos providos em decorrência de reversão, não sendo extensível aos empregos nas empresas públicas e sociedades de economia mista.
- E) cargos de natureza técnica ou científica originários de transformação, exceção essa não aplicável às autarquias e fundações públicas.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes Públicos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TRE/AL / 2010 / FCC

Q61.

Do gênero agente público, a espécie agente administrativo, representa a grande massa de prestadores de serviços, subdividindo-se esta no mínimo em três categorias, a saber:

- A) Temporários, Comissionados e Concursados.
- B) Servidores Públicos, Empregados Comissionados e Temporários.
- C) Empregados Públicos, Agentes Comissionados e Delegados.
- D) Servidores Públicos, Empregados Públicos e Temporários.
- E) Concursados, Funcionários Públicos e Comissionados.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Ato administrativo

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/RS / 2010 / FCC

Q62.

O atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para o seu cumprimento ou execução, é a

- A) presunção de legitimidade.
- B) auto-executoriedade.
- C) imperatividade.
- D) presunção de veracidade.
- E) executoriedade.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Ato administrativo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TRE/AL / 2010 / FCC

Q63.

A publicidade de ato administrativo que produz consequências jurídicas fora do órgão que o emite

- A) confere-lhe validade perante as partes e terceiros.
- B) é requisito de eficiência e impessoalidade.
- C) convalida o ato, ainda que irregular.
- D) é elemento formativo do ato.
- E) é sempre necessária, não sendo admitido o sigilo.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Ato administrativo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/RS / 2010 / FCC

Q64.

Indique a alternativa que completa a seguinte afirmação: Finalidade e motivo são do ato administrativo.

- A) características.
- B) atributos.

- C) aspectos.
- D) requisitos ou elementos.
- E) modos de exteriorização.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Ato administrativo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TJ/AP / 2009 / FCC

Q65.

É elemento estranho a um rol de atos administrativos de caráter normativo

- A) decreto.
- B) portaria.
- C) resolução.
- D) decreto-lei.
- E) instrução normativa.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Responsabilidade Civil do Estado / Aplicação da responsabilidade objetiva

Fonte: PROCURADOR MUNICIPAL / Pref. Ibirapu/ES / 2015 / CONSULPLAN

Q66.

“Marcos, na condição de agente público municipal, recusou-se a emitir uma certidão ao cidadão João em face de desavenças pessoais. João foi prejudicado pelo ato omissivo de Marcos.” Na hipótese narrada, é correto afirmar que

- A) o município tem responsabilidade objetiva pelo dano causado a João.
- B) o município não responde por atos omissivos de seus agentes públicos.
- C) João deverá provar a desavença para obter indenização pelo dano sofrido.
- D) em face da inimizade com João, Marcos estava impedido de emitir a certidão.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Intervenção do Estado na propriedade

Fonte: PROCURADOR DO ESTADO - SUBSTITUTO / PGE/RO / 2011 / FCC

Q67.

Considera-se apossamento administrativo

- A) o ato administrativo pelo qual se dá posse a um servidor público, em decorrência de um provimento de caráter originário.
- B) o provimento jurisdicional pelo qual o juiz, no processo de desapropriação, concede à Administração a posse do bem expropriado.
- C) o fato da administração, consistente na irregular apropriação de um bem de terceiro pelo Poder Público.
- D) a medida de polícia, consistente na intervenção em obra cuja utilização está comprometendo a segurança ou a saúde da coletividade.
- E) o ato administrativo unilateral pelo qual a Administração regulariza a posse de uma terra devoluta ocupada de forma tradicional e pacífica por um particular, que a explora de forma produtiva e consentânea à sua função social.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Bens públicos

Fonte: AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO - DIREITO / Assembleia Legislativa/SP / 2010 / FCC

Q68.

Os bens públicos podem ser classificados de acordo com a sua destinação. São bens:

- A) de uso comum do povo aqueles afetados a um determinado serviço ou finalidade pública, tais como os edifícios onde se situam os órgãos públicos.
- B) de uso especial apenas aqueles destinados ao particular por concessão ou permissão de uso.

- C) dominicais aqueles de domínio do Estado não afetados a uma finalidade pública.
- D) de uso especial aqueles destinados, por lei, a entidades integrantes da Administração indireta.
- E) dominicais aqueles destinados à fruição de toda a coletividade, como, por exemplo, as praças e as vias públicas.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços públicos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRT 23ª / 2011 / FCC

Q69.

No que se refere à autorização de serviço público, é correto afirmar:

- A) Trata-se de ato precário, podendo, portanto, ser revogado a qualquer momento, por motivo de interesse público.
- B) Trata-se de ato unilateral, sempre vinculado, pelo qual o Poder Público delega a execução de um serviço público de sua titularidade, para que o particular o execute predominantemente em seu próprio benefício.
- C) O serviço é executado em nome do autorizatário, por sua conta e risco, sem fiscalização do Poder Público.
- D) Trata-se de ato unilateral, discricionário, porém não precário, pelo qual o Poder Público delega a execução de um serviço público, para que o particular o execute predominantemente em benefício do Poder Público.
- E) Trata-se de ato que depende de licitação, pois há viabilidade de competição.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Licitação e contratos administrativos / Lei nº 8.666/93

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 15ª / 2009 / FCC

Q70.

É inexigível a licitação

- A) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- B) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- C) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- D) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- E) para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Licitação e contratos administrativos / Decreto nº 7.892/2013 (Sistema de Registro de Preço)

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIO / TRE/PE / 2011 / FCC

Q71.

Nos termos da Lei no 8.666/93, no que concerne ao sistema de registro de preços, está correto asseverar:

- A) Deve haver estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados.
- B) O registro de preços não necessita ser precedido de ampla pesquisa de mercado.
- C) Os preços registrados serão publicados semestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
- D) O sistema de registro de preços será regulamentado por Lei Complementar, atendidas as peculiaridades regionais.
- E) A validade do registro de preços deve ser superior a dois anos.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Jurisdição Eleitoral / Conceito, Princípios fundamentais. Organização Judiciária Eleitoral: TSE, TRE, juízes e juntas eleitorais; Requisitos para Investidura

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2012 / FCC

Q72.

Considere:

I. Conflitos de jurisdição entre Juízes Eleitorais de um mesmo Estado.

II. Conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais Eleitorais.

III. Conflitos de jurisdição entre Juízes Eleitorais de Estados diferentes.

Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição indicados APENAS em:

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Jurisdição Eleitoral / Conceito, Princípios fundamentais. Organização Judiciária Eleitoral: TSE, TRE, juízes e juntas eleitorais; Requisitos para Investidura

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRE/SP / 2012 / FCC

Q73.

Um partido político pretende pedir a instauração de investigação judicial para apurar uso indevido do poder econômico em benefício de candidato a Vereador. A representação nesse sentido deverá ser dirigida ao

- A) Corregedor Regional Eleitoral.
- B) Tribunal Regional Eleitoral.
- C) Tribunal Superior Eleitoral.
- D) Corregedor Geral Eleitoral.
- E) Juiz Eleitoral.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Jurisdição Eleitoral / Conceito, Princípios fundamentais. Organização Judiciária Eleitoral: TSE, TRE, juízes e juntas eleitorais; Requisitos para Investidura

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/PE / 2011 / FCC

Q74.

As Juntas Eleitorais

- A) deverão resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração.
- B) terão composição permanente, através de designação anual por parte do Tribunal Regional Eleitoral.
- C) poderão ter a sua composição impugnada somente pelo Ministério Público Eleitoral.
- D) deverão, preferencialmente, ter em sua composição pessoas que pertencerem ao serviço eleitoral.
- E) serão compostas por dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade, um dos quais será o seu presidente.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Alistamento; Os inalistáveis e os conscritos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/AC / 2010 / FCC

Q75.

São eleitores regularmente inscritos: João, que é analfabeto; José, que está com os seus direitos políticos suspensos; Pedro, que perdeu seus direitos políticos; e Paulo, que deixou de votar nos últimos dois pleitos eleitorais consecutivos. Tendo conhecimento de tais fatos, o Juiz Eleitoral deverá mandar processar a exclusão para fins de cancelamento da inscrição somente de

- A) João e José.
- B) Pedro e Paulo.
- C) José e Paulo.

- D) José e Pedro.
- E) João e Pedro.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Propaganda eleitoral (conforme o Código Eleitoral e a Lei nº 9.504/1997 e suas alterações) / No rádio; Na televisão

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E ELEITORAL / ALEPE / 2014 / FCC

Q76.

A respeito da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, considere:

I. É permitido ao partido político utilizar na propaganda eleitoral de seus candidatos em âmbito regional, inclusive no horário eleitoral gratuito, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito nacional.

II. A propaganda eleitoral paga só poderá ser feita fora do horário eleitoral gratuito, devendo os respectivos custos constarem da prestação de contas de cada partido.

III. Os cortes instantâneos ou a censura prévia nos programas eleitorais gratuitos só poderão ser feitos pela Justiça Eleitoral, quando houver denúncia de descumprimento da legislação pertinente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) II.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Propaganda eleitoral (conforme o Código Eleitoral e a Lei nº 9.504/1997 e suas alterações) / No rádio; Na televisão

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TRE/AP / 2011 / FCC

Q77.

No que concerne à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, é correto afirmar:

- A) Se houver segundo turno, a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão será dividida em dois períodos diários de vinte minutos, sendo que o tempo de cada período será dividido entre os candidatos proporcionalmente aos votos obtidos no primeiro turno.
- B) Os debates sobre as eleições majoritária ou proporcional deverão ser veiculados dentro do horário eleitoral gratuito definido em lei.
- C) Poderá ser utilizado, no tempo reservado ao partido, comercial ou propaganda com o objetivo de promover marca ou produto.
- D) A emissora não autorizada a funcionar pelo poder competente poderá, para propiciar ampla informação ao eleitorado, veicular a propaganda eleitoral gratuita.
- E) É permitido ao partido político utilizar na propaganda eleitoral de seus candidatos, em âmbito regional, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito nacional.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Lei nº 4.737/1965 e suas alterações

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/CE / 2012 / FCC

Q78.

A respeito do fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes na zona rural, considere:

I. A Justiça Eleitoral, se necessário, requisitará veículos e embarcações particulares, de preferência os de aluguel.

II. Os veículos e embarcações à serviço da Justiça Eleitoral deverão exibir de modo bem visível, dístico em letras garrafais, com a frase: "A serviço da Justiça Eleitoral".

III. Quinze dias antes do pleito, a Justiça Eleitoral divulgará, pelo órgão competente, o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores.

IV. Os partidos políticos receberão cópia do quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores, mas não poderão oferecer reclamações, por tratar-se de atividade privativa da Justiça Eleitoral.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e IV.
- B) I, II e IV.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.
- E) I, II e III.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Lei nº 4.737/1965 e suas alterações

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO / TRE/PB / 2007 / FCC

Q79.

Dentre outros casos, cabe recurso especial das decisões dos Tribunais Regionais quando

- A) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições federais.
- B) forem proferidas contra expressa disposição de lei.
- C) denegarem habeas corpus.
- D) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições estaduais.
- E) denegarem mandado de segurança.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 21.538/2003

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/CE / 2012 / FCC

Q80.

Denúncia fundamentada de fraude no alistamento de um determinado município acarretou a realização de correição, tendo ficado provada a fraude em proporção comprometedora. Nesse caso, a revisão do eleitorado poderá ser ordenada pelo

- A) Ministério Público Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral.
- B) Juiz Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral.
- C) Tribunal Superior Eleitoral, apenas.
- D) Tribunal Regional Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Superior Eleitoral.
- E) Juiz Eleitoral, comunicando a decisão ao Ministério Público Eleitoral.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 21.538/2003

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIO / TRE/PE / 2011 / FCC

Q81.

De acordo com a Resolução TSE no 21.538/2003, considera-se batimento

- A) o confronto dos resultados dos votos contabilizados pelas urnas eletrônicas com o nome dos eleitores que estiverem constando das respectivas listas de votação.
 - B) o cruzamento de informações constantes do cadastro eleitoral com o objetivo de expurgar possíveis duplicidades ou pluralidade de inscrições eleitorais e identificar situações que exijam averiguação.
 - C) o cruzamento dos votos contabilizados pelas juntas eleitorais e totalizados pelos Tribunais Regionais Eleitorais com os votos contabilizados pelas urnas eletrônicas.
 - D) o confronto dos resultados finais apurados pelos Tribunais Regionais Eleitorais com a recontagem decorrente de pedido nesse sentido formulado junto ao Tribunal Superior Eleitoral.
 - E) a coincidência entre os resultados finais de apuração de pleito eleitoral e os resultados finais decorrentes de recontagem ordenada por Tribunal Regional Eleitoral ou pelo Superior Tribunal Eleitoral.
-

Direito Civil / Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro

Fonte: CONTROLE EXTERNO - AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - ATIVIDADE JURÍDICA / TCE/CE / 2015 / FCC

Q82.

Em caso de conflito de leis no tempo, considera-se que o herdeiro, em relação aos bens de propriedade de pessoa viva, possui

- A) apenas expectativa de direito, que não se equipara a direito adquirido.
- B) direito sob condição suspensiva, o qual se equipara a direito adquirido.
- C) direito a termo, o qual se equipara a direito adquirido.
- D) expectativa de direito qualificada, a qual se equipara a direito adquirido.
- E) direito sob condição suspensiva, o qual não se equipara a direito adquirido.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRF 2ª / 2012 / FCC

Q83.

Considere as seguintes assertivas a respeito da Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro:

- I. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- III. A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.
- IV. Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

Está correto o que consta APENAS em

- A) I e III.
- B) I, III e IV.
- C) III e IV.
- D) II e IV.
- E) I, II e IV.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do domicílio

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL / TRT 9ª / 2015 / FCC

Q84.

W assinou contrato com o banco Fox na cidade de Curitiba, lá obtendo financiamento. O banco Fox possui sede na Cidade de São Paulo e estabelecimentos em quase todas as cidades do Estado do Paraná, incluindo Pato Branco, onde W reside. De acordo com o Código Civil, com relação ao financiamento obtido por W, considera-se domicílio de Fox

- A) Curitiba, pois, tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos, em lugares diferentes, será considerado domicílio a capital do Estado em que o ato tiver sido praticado.

- B) São Paulo, pois a pessoa jurídica de direito privado tem como domicílio sua sede, apenas, para todo e qualquer ato que vier a praticar.
- C) Pato Branco, pois, tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos, em lugares diferentes, será considerado domicílio o local em que reside o consumidor.
- D) qualquer cidade em que Fox tiver estabelecimento, pois, tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos, todos eles serão considerados seu domicílio, para todo e qualquer ato que vier a praticar.
- E) Curitiba, pois, tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos, em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil - Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) / Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q85.

Sobre o julgamento antecipado parcial do mérito, à luz do Código de Processo Civil,

- A) a decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida, vedado o reconhecimento da obrigação ilíquida.
- B) a liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.
- C) a decisão que julgar parcialmente o mérito é impugnável através de recurso de apelação.
- D) a parte poderá executar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, devendo, em regra, prestar caução no caso de recurso contra essa decisão pendente de julgamento.
- E) o juiz só poderá decidir parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso ou o réu for revel.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes contra a administração em geral / Praticados por funcionário público ou por particular

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRE/RN / 2011 / FCC

Q86.

Quem se opõe à execução de ato legal, mediante ameaça ao funcionário competente para executá-lo, comete crime de

- A) resistência.
- B) desobediência.
- C) desacato.
- D) exercício arbitrário das próprias razões.
- E) coação no curso do processo.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes contra a administração em geral / Crimes contra a administração da justiça

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRE/RO / 2013 / FCC

Q87.

João e José invadiram um presídio e, mediante grave ameaça com armas de fogo, dominaram o carcereiro e os seguranças e possibilitaram a fuga de seu comparsa Jocival, que estava legalmente preso cumprindo pena privativa de liberdade, para que o mesmo voltasse a auxiliá-los na prática de novos delitos. João e José responderão por crime de

- A) arrebatamento de preso.
- B) evasão mediante violência contra pessoa.
- C) fuga de pessoa presa.
- D) motim de presos.

- E) favorecimento real.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes contra a administração em geral / Crimes contra a administração da justiça

Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - DIREITO / MPE/AP / 2012 / FCC

Q88.

Manoel cometeu cinco crimes de homicídio em uma pequena cidade do Estado do Amapá e passou a ser procurado pela Justiça Pública, ainda na fase investigatória, após ter a sua prisão temporária decretada. Para que não seja capturado pela polícia, Manoel contratou seu amigo João, renomado cirurgião plástico, que realizou em Manoel uma operação plástica, alterando completamente o rosto do criminoso. Neste caso, João, ciente do intuito de Manuel, cometeu crime de

- A) inutilização de sinal.
- B) favorecimento pessoal.
- C) tergiversação.
- D) fraude processual.
- E) favorecimento real.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Ação penal pública e privada

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 4ª / 2010 / FCC

Q89.

Se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência, nessa ordem,

- A) o descendente, cônjuge, ascendente ou irmão.
- B) o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- C) o cônjuge, descendente, ascendente ou irmão.
- D) o ascendente, cônjuge, descendente ou irmão.
- E) descendente, ascendente, cônjuge ou irmão.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Ação penal pública e privada

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/MS / 2007 / FCC

Q90.

Nos crimes de Ação Penal Privada, salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa se não o exercer dentro do prazo de

- A) seis meses, contado do dia em que for praticado o último ato de execução da infração penal.
- B) seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
- C) seis meses, contado do dia em que for praticado o primeiro ato de execução da infração penal.
- D) doze meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
- E) doze meses, contado do dia em que for praticado o último ato de execução da infração penal.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Processual Penal / A denúncia; A queixa; A representação

Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - JURÍDICO / MPE/PE / 2012 / FCC

Q91.

Uma denúncia está assim redigida: "José da Silva, no mês de agosto de 2011, praticou crime de peculato. Denuncio-o, por isso, como incurso no art. 312 do Código Penal". Essa denúncia deve ser

- A) recebida, porque contém dados suficientes para que o réu possa dela se defender.

- B) recebida, porque menciona a época aproximada do fato, o nome do réu e o delito de que é acusado.
- C) rejeitada, porque não contém o rol de testemunhas.
- D) recebida, porque os detalhes e circunstâncias do fato constam do inquérito policial.
- E) rejeitada, por inépcia, uma vez que não descreve o fato criminoso com todas as suas circunstâncias.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirir a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Atos Processuais / Forma, lugar, tempo (prazo, contagem)

Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - PROCESSUAL/ DIREITO / MPE/MA / 2013 / FCC

Q92.

A sentença condenatória foi proferida em audiência realizada no dia 10, quinta-feira. Dia 15, terça-feira, foi feriado local. O prazo de 5 dias para apelação terminará no dia

- A) 14, segunda-feira.
- B) 16, quarta-feira.
- C) 17, quinta-feira.
- D) 18, sexta-feira.
- E) 21, segunda-feira.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirir a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Atos Processuais / Forma, lugar, tempo (prazo, contagem)

Fonte: OFICIAL DE JUSTIÇA - JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO / TJ/PE / 2012 / FCC

Q93.

Os prazos processuais penais

- A) que terminarem no sábado serão acrescidos de dois dias úteis.
- B) serão contados em dobro se o réu estiver preso.
- C) serão contados em quádruplo para o Ministério Público.
- D) serão contados excluindo-se o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- E) suspendem-se nos domingos e feriados.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirir a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito tributário / Imunidades tributárias / Natureza, classificação e imunidades genéricas a impostos

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA FINALÍSTICA JURÍDICA / TCM/GO / 2015 / FCC

Q94.

De acordo com a Constituição Federal, é vedado aos Municípios instituir

- A) impostos e taxas sobre patrimônio, renda ou serviços, da União, dos Estados e do Distrito Federal e de outros Municípios.
- B) impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros.
- C) tributos sobre templos de qualquer culto, no que diz respeito ao patrimônio, renda e serviços, relacionados ou não com as suas finalidades essenciais.
- D) impostos sobre livros, jornais, periódicos, papel, tinta e demais insumos empregados na sua impressão.
- E) impostos e contribuições sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, especificamente naquilo que se relaciona com as finalidades essenciais dessas entidades.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquirir a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO / MPE/SE / 2009 / FCC

Q95.

Uma receita que pode ser considerada como corrente é aquela oriunda

- A) da alienação de bens móveis.
- B) da amortização de empréstimos concedidos.
- C) do recebimento de dívida ativa tributária.
- D) de operações de crédito.
- E) de transferências para cobrir despesas de capital.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro / Orçamento Anual

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2016 / FCC

Q96.

Nos termos da Constituição Federal é conteúdo da Lei Orçamentária Anual:

- Orçamento fiscal referente aos fundos da União.
- O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- Autorização para abertura de créditos suplementares.
- Autorização para contratação de operação de crédito por antecipação de receita.
- Critérios e formas para limitação de empenho.

Está correto o que consta APENAS em

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III, IV e V.
- C) I, III, IV e V.
- D) I, II, IV e V.
- E) I, II, III e V.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro / Lei de Responsabilidade Fiscal

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / Pref. São Luís/MA / 2015 / FCC

Q97.

Segundo a Constituição Federal, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada serão estabelecidas na lei

- A) de diretrizes orçamentárias, cujo projeto será encaminhado ao Congresso Nacional até 15 de abril de cada ano.

- B) orçamentária anual, com vigência de 12 meses, a partir de 1º de janeiro de cada ano.
- C) do plano plurianual, para vigência até o final do segundo exercício financeiro do mandato presidencial subsequente.
- D) de diretrizes orçamentárias, com vigência de 12 meses, passando a vigorar a partir de 1º de julho de cada ano.
- E) do plano plurianual, de 4 anos o período de vigência, passando a vigorar a partir do segundo ano de mandato presidencial.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Financeiro / Lei de Responsabilidade Fiscal

Fonte: ANALISTA DE CONTROLE - CONTÁBIL / TCE/PR / 2011 / FCC

Q98.

As questões referem-se a: Lei de Responsabilidade Fiscal, Execução Orçamentária e Financeira e Licitações e Contratos.

Determinada Prefeitura contratou uma empresa para prestação de serviços de manutenção de elevadores, para o período de 12 meses a contar de 01.05.2010, no valor mensal de R\$ 10.000,00. A partir de primeiro de janeiro de 2011, o valor mensal dos serviços foi reajustado em 20%.

Sob o aspecto orçamentário, o valor da despesa empenhada para o exercício de 2010 foi de

- A) R\$ 60.000,00.
- B) R\$ 80.000,00.
- C) R\$ 70.000,00.
- D) R\$ 90.000,00.
- E) R\$ 120.000,00.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Financeiro / Lei de Responsabilidade Fiscal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 23ª / 2007 / FCC

Q99.

No que diz respeito aos limites da dívida pública, é correto afirmar que

- A) as propostas que estabelecem limites para o montante da dívida pública mobiliária federal dispensam a metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.
- B) a alteração dos fundamentos das propostas dos limites globais para o montante da dívida consolidada, em razão de instabilidade econômica, impede a solicitação de revisão dos limites.
- C) os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
- D) para os fins de verificação do atendimento do limite constante das propostas encaminhadas ao Poder Legislativo, a apuração do montante da dívida consolidada será efetivada ao final de cada ano.
- E) na proposta de limite global para o montante da dívida consolidada do Poder Público, é possível a aplicação de limites diferenciados a todos os entes da Federação, constituindo, para cada um deles, limites mínimos.

Esta e apenas uma amostra grátis. Adquira a versão completa em <http://www.concursosprepara.com.br>

Direito Financeiro / Lei de Responsabilidade Fiscal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/MS / 2007 / FCC

Q100.

Assinale o valor máximo da despesa total com pessoal do Ministério Público da União permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando os valores fornecidos a seguir:

(valores em R\$)

Receita Corrente Líquida Federal	10.800.000
Receita Corrente Líquida Estadual	6.900.000
Receita Corrente Líquida Municipal	980.000

- A) R\$ 648.000.
- B) R\$ 414.000.
- C) R\$ 64.800.
- D) R\$ 41.400.
- E) R\$ 5.880.

Esta e apenas uma amostra gratis. Adquira a versao completa em <http://www.concursoprepara.com.br>